



NÓ PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS; AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFOS: 3713/3726/3728

BISSAU



TERMINA HOJE A REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DE LUTA

A análise detalhada do itinerário político do nosso Partido desde o início da luta até à plena soberania das nossas terras livres e independentes, pelo Secretário-Geral do PAIGC, camarada Aristides Pereira, constitui o ponto mais alto da reunião do Conselho Superior da Luta que termina hoje os seus trabalhos na nossa capital.

O extenso e importantíssimo documento, cujo texto reproduzimos hoje na íntegra nas páginas do «Nó Pincha», detem-se na demarcação das várias etapas da luta de libertação na Guiné e Cabo Verde, nas questões levantadas pela Reconstrução Nacional nos nossos dois países e nas perspectivas em que deve situar-se actualmente a função histórica do PAIGC para continuar a ser «um organismo vivo», «força, luz e guia do nosso povo»

(CONTINUA NA PÁGINA 8)

A GUINÉ-BISSAU NA CIMEIRA DOS NÃO-ALINHADOS (Pags. Centrais)

● Comissário Principal camarada Chico Té

«O desenvolvimento da técnica e da ciência provocou um afastamento considerável entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento. Esta situação que de facto detiora as relações entre os países desenvolvidos e os países produtores de matérias primas levou-nos a tomar consciência das nossas responsabilidades nas relações económicas internacionais até agora favoráveis aos adversários do progresso social dos povos do terceiro mundo.

● Comissário dos Estrangeiros camarada Vitor Saude Maria

«Para não nos alinharmos é necessário que estejamos de facto independentes; e para sermos independentes não basta sê-lo politicamente, também teremos que sê-lo economicamente, para podermos reafirmar o nosso não-alinhamento perante as forças a que nos opomos.

A invasão e ocupação de Timor-Leste pela força é um problema que não diz só respeito às ex-colónias portuguesas, mas também a todos os povos amantes da paz e da liberdade».

RELATÓRIO DE ARISTIDES PEREIRA

Uma arma do nosso Partido para discutir a todos os níveis

Com a apresentação do Relatório do Secretário-Geral do Partido na sessão do Conselho Superior de Luta, que decorre ainda em Bissau, o nosso Partido vem permitir aos nossos dirigentes, aos militantes, ao nosso povo em geral, dispôr de um importante material de estudo e de reflexão, que traz a superior orientação da Direcção do nosso glorioso Partido em relação às tarefas fundamentais que cabem ao Partido e ao Estado nesta fase difícil de Reconstrução Nacional, para a construção do progresso, da felicidade e do bem-estar do nosso povo.

Este Relatório, lúcido, profundo e verdadeiramente militante e responsável, mostra-nos o papel decisivo do nosso Partido, como força motora da nossa Sociedade, na reconstrução de uma nova vida e dá a ideia da sua força invencível como luz e guia do nosso povo. Ele reflecte a imensa autoridade do nosso Partido, o seu prestígio nacional e internacional e revela os métodos claros, abertos e fructíferos que o Partido utiliza no seu trabalho e em relação às massas do nosso povo.

Este Relatório é um leme na nossa vida de luta que estamos travar para transformar o nosso país, saído do caos da dominação e exploração coloniais, num país avançado, verdadeiramente independente.

(CONTINUA NA PÁGINA 8)

SUPLEMENTO - EDIÇÃO INTEGRAL DO RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL DO PAIGC AO C

Cabo Verde, Não Pintcha!

O matutino Diário de Lisboa, numa das suas edições de há dias, reproduzia a capa do vosso jornal, para realçar certa data histórica. Ao lê-lo também lembrei-me que ainda não vi publicado nele um poema que há, precisamente, um ano, mandei para aí e que naquela altura, constituía como que um brado que decerto não deixaria de ser escutado pela vossa gente senhora então da sua terra e dos seus direitos.

Não sei se o dito poema foi ou não publicado, porque entretanto regresssei a Portugal (estava como cooperante no Aeroporto de Bissalanca, secção de telecomunicações) e a pessoa a quem deixei entregue o caso, até hoje, não me voltou a escrever.

Será que ele foi mesmo publicado? Em caso afirmativo, agradecia que enviassem um número. Mas é possível que a carta com o original se tenha extraviado e como julgo que o tema é sempre oportuno aqui vos remeto uma segunda via do poema.

Poema ACORDA CAMARADA!

Acorda Camarada, acorda

Que a longa noite Acabou, enfim.
Ergue os teus Braços, saúda os teus heróis e vem ver O renascer do mundo

Reteza os músculos, renova os pensamentos e esquece o sangue E o pranto que verteste e os gritos e as Raivas que calaste ao enterrares De novo a tua enxada na terra que era tua e onde não vivias

Pá diante, camarada
nô pintcha!

Vamos cavar os campos sulcar os mares,
vamos ensinar os nossos filhos a desbravar caminhos de mãos dadas.

A libertarem-se do medo,
a esquecerem ódios, rancores e frustrações,
a olharem o amanhã com a certeza
o que o passado não mais há-de voltar!!!

António Fernando Lima — Tóí Lima

Biblioteca Nacional: 20 mil livros para quem estiver interessado na leitura

A Biblioteca Nacional, transferida há um ano do prédio do Museu — que está em reparações — para o local onde funcionava o antigo Instituto do Trabalho, os serviços de Geologia e Minas e a secretaria da Emissora Nacional, está agora na sua última fase de preparação. Mário Cissoco, director-geral do Museu Nacional, explica que as principais razões do atraso do funcionamento da biblioteca devem-se à falta de material, de espaço e de pessoal suficiente para se dedicar à classificação e catalogação das obras literárias.

— O estado das estantes e do material em geral não nos oferece condições favoráveis para abertura de uma ou duas salas de leitura. O antigo sistema de classificação, que viemos encontrar, compara-se a uma sala fechada sem luz e sem portas. O nosso sistema de classificação vai nos permitir separar uma parte dos livros para a biblioteca, uma para o centro de estudos e outra para bibliotecas a serem criadas.

— Esta selecção de livros e documentos históricos visa, fundamentalmente, descentralizar os nossos centros de investigação cultural acumulados em Bissau, apesar de termos poucos livros à nossa disposição. Os colonialistas não permitiam amplo acesso da população às bibliotecas. Inclusive, passavam a desconfiar de quem se mostrasse muito interesse pela leitura.

A selecção de livros tem que ser feita conforme o carácter formativo e a importância para os leitores. Existem livros de todos os ramos de ensino primário, dos cursos médios e superiores, obras literárias em linguas estrangeiras e documentos históricos desde o século XVII. Ao todo mais de 20 mil livros que falam da cultura africana, europeia, asiática.

Livros reaccionários, por exemplo, os de Silva Cunha, de Adriano Moreira e outros, serão conservados no centro de estudos. Ali poderão ser utilizados por indivíduos que queiram desenvolver os seus estudos políticos com pesquisas mais aprofundadas.

«O acesso dos jovens a essas obras será controlado. Precisam ter primeiro uma ba-

se para saberem interpretar o conteúdo dessas obras do fascismo.

LIVROS PARA REGIÕES

A biblioteca tem mantido contactos frequentes com os responsáveis regionais para, criar condições para a instalação de bibliotecas e salas de leitura de carácter de formação histórica em cada sede da região. Principalmente nos centros populacionais de importância económico-social ou onde existem estabelecimentos de ensino desenvolvidos: Mansoa, Bissorã, Bafatá, Cantchungo e outros.

— Temos contactado com a UNTG — União Nacional dos Trabalhadores da Guiné — e com a Câmara Municipal. As propostas dirigidas a estes departamentos públicos foram muito bem atendidas e os seus dirigentes nos incentivaram a desenvolver as nossas actividades em vários bairros de Bissau. A UNTG oferece condições favoráveis porque possui uma sala num ponto estratégico da cidade. Enquanto nós nos responsabilizaremos a fornecer livros para essa biblioteca, eles comprometem-se a fixar estantes e armários que precisamos no futuro.

Os livros existentes na biblioteca nacional são enviados por várias instituições universitárias e culturais de diferentes partes do mundo: de Portugal, das agências soviéticas, do Senegal, das instituições científicas da França, Bélgica, China, Estados Unidos da América, Argélia, Canadá, Angola, Moçambique.

— Recebemos também livros do escritor inglês, nosso amigo Basil Davidson que se tornou membro honorário de Estudos Científicos da Guiné-Bissau. Temos ainda livros do Instituto de Estudos da África Ocidental e nos são enviados catálogos de bibliotecas da América para a nossa livre escolha. Em resumo, mantemos relações com mais de 60 universidades, instituições de investigação científica e com bibliotecas especializadas.

Poucas pessoas têm frequentado às leituras no estabelecimento apesar de ainda não estar concluída a organização. A biblioteca tem emprestado livros e documentos para fora mas exclusivamente em casos especiais. Verificado o interesse e a importância que o documento apresenta na realização de um determinado trabalho, com emergência, os livros são emprestados por um prazo máximo de 15 dias.

JOVENS NÃO LEEM

Cissoco está preocupado com a falta de interesse da juventude por leitura com conteúdo. A maior parte dos jovens que aparecem na biblioteca querem revistas superficiais, que não tratam nada com seriedade, apenas assuntos sem importância. «A nossa juventude dedica pouca atenção à aquisição de conhecimentos. Tomemos o exemplo de uma conferência cultural no Bloco Circum-Escolar onde foram apenas 14 pessoas, a maioria professores. Os alunos não souberam aproveitar a reunião, de

grande interesse. Quando se trata de um Mama Djombo ou N'Kassa Cobra, é o máximo. As salas de baile estão sempre cheias».

— Como atrair esses jovens para a leitura? Só a JAAC, organizada em todas as frentes, poderá responder a esta questão. Os livros fazem parte essencial das relações de vida dos homens. Eles falam. Ensinam no lugar de quem os escreve. Sem eles, os homens atirariam pedras ao ar para se orientarem.

Segundo o director, o dinheiro que sairá das vendas do Boletim Cultural do Centro de Estudos e do Jornal mensal Bombolom a ser criado com a ajuda da Samuna (uma Sociedade dos Amigos do Museu Nacional), será dividido para o museu e para a biblioteca. Pretendem encaminhar, também, uma certa quantidade para a Educação a fim de ser distribuída às delegações regionais para os problemas pendentes no seu trabalho, ao pagamento de direitos do autor.

O departamento levará a cabo, ainda, a confecção de postais, realizações de filmes documentados e criação de uma associação de grupos teatrais (os rendimentos serão destinados ao pagamento dos artistas). «O teatro que temos actualmente está virado para um lado errado. Por isso, a nova face que pretendemos criar, tem que entrar numa fase embrionária que não seja aquela de desinteretar as culturas básicas da nossa terra».

— Numa pesquisa que efectuei nas Ilhas Bijagós, assis-ti a um teatro improvisado e notei nele a existência de caracteres puros sem nenhuma influência colonial. O problema é que muitos desses grupos teatrais não nos consultam para obterem certos esquemas de orientação. Com base em poucos conhecimentos que temos, podemos ajudá-los nos seus trabalhos.

RESPONDE O POVO

Habito de leitura — 3

Cinco séculos de colonialismo marcaram profundamente a história da Guiné-Bissau, impediram o desenvolvimento económico e social. Além disso, a presença portuguesa deixou consequências graves na realidade cultural do país: mais de 95 por cento da população é analfabeta.

Um reflexo directo desse facto é a ausência de quadros técnicos, intelectuais e de funcionários intermediários. Várias gerações de guineenses foram condicionadas pelas limitações do colonialismo e ainda hoje dois anos após a entrada do Partido em Bissau, são enfrentadas várias dificuldades devido à falta de pessoal preparado para exercer funções que o Estado necessita.

Um dos objectivos principais do PAIGC é criar mais escolas para o povo. Mas os estudantes ainda não desenvolveram o hábito da leitura. E, sem livros, pouco adianta frequentar a escola. Só através do estudo sistemático, os guineenses poderão alcançar o nível dos técnicos estrangeiros. Por isso precisam adquirir o hábito da leitura, e a maioria ainda não começou. Três pessoas de profissão diversificadas falam sobre os temas que procuram ler.

Fatú Sanhá, 26 anos, às vezes quando vejo um doméstica: livro com figuras, tento «Eu não sei ler. Mas perceber o que as figu-

ras querem dizer. Tenho tendência para ver livros que trazem gravuras de casas, sugestões de decoração e outras maneiras de as enfeitar. Portanto, se soubesse ler tenho certeza que gostaria dos livros relacionados com a vida doméstica».

Gregório C6, 30 anos, desempregado:

«Como não trabalho, passo o tempo quase todo a ler. Leio revistas sobre actualidade política e o nosso jornal. Na verdade, prefiro sempre revistas que trazem problemas de evolução política no mundo, em especial da África do Sul.

Gosto de ler esses livros para poder saber até que ponto estão a sofrer os nossos irmãos negros nesta terra. Acho que a nossa juventude devia ler estes livros, porque ajudam muito a desenvolver a mente. A maioria dos jovens estão, com certeza, habituados a ler histórias de «cowboy» e fotonovelas. Costumo pedir os livros emprestados, porque não tenho dinheiro para comprar. Normalmente estes livros são caros, custam mais de 100 pesos cada. Estou confiante que o nosso Estado crie condições para que toda a gente possa ter possibilidades de es-

tar em contacto com esse tipo de livros».

Filomena Barros, 18 anos, estudante secundária:

«Agora que estou em férias, leio muitas revistas sobre a vida dos estudantes de diversas partes do mundo. Tenho seguido as notícias dos estudantes de Soweto e de Joanesburgo. Estas notícias encontro-as sempre no nosso jornal, porque não tenho maneira de comprar as revistas que falam disso. Do nosso jornal, só gosto de ler as páginas que integram a secção do estrangeiro. A maioria das informações nacionais costume ouvir

pela rádio e só procuro no jornal, as páginas nacionais com entrevistas de Comissários sobre o desenrolar dos seus departamentos. Gosto também de ler livros do nosso líder Amílcar Cabral para adquirir informações sobre a sua obra, porque é nela que se encontra toda a realidade da nossa terra. Todos os que quiserem saber alguma informação sobre o nosso Partido, devem ler as obras de Cabral. Já li mais de três vezes o manual político e o livro Unidade Guiné-Cabo Verde. Existem, com certeza mais livros de Amílcar Cabral que ainda não li, mas espero que o nosso Estado nos dê oportunidades de obter esses livros».

Embaixador da Nigéria entregou credenciais

"Esta é a hora de a África reestruturar a sua economia"

O embaixador da República Federal da Nigéria em Cabo Verde, Cyril Chukwu-nweuba Uchuno fez a entrega das cartas credenciais ao camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC e Presidente da República.

A cerimónia assistiram os camaradas Silvino da Luz, ministro da Defesa e Segurança Nacional, Sérgio Centeio, ministro da Agricultura e Águas, Silvino Lima, ministro das Obras Públicas, Corentino Santos, governador do Banco de Cabo Verde, Tiago Estrela, secretário-geral da presidência e Alcides Évora, chefe de protocolo da Presidência.

Ao usar da palavra, o re-

presentante nigeriano, depois de manifestar a honra que sentia por ser o primeiro embaixador do seu país em Cabo Verde, referiu-se à gloriosa luta de libertação conduzida pelo nosso Partido, o PAIGC, salientando a certo passo: «A vossa luta não foi somente para a libertação da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde. É antes uma luta que quebrou o mito e o conceito da indestrutibilidade e eternidade do Império Português. Moçambique e Angola seguiram os vossos passos. Este, creio, será o veredicto da História.

«Sr. Presidente, o meu país está empenhado na total ex-

radicação do colonialismo e dos seus vestígios da face do nosso grande continente. Por tanto, não nos consideremos livres, até que toda a África esteja livre. Para isso, continuaremos, como no passado, a dar o máximo apoio a todos os movimentos nacionais africanos que lutam pela sua liberdade.

«É objectivo principal de todos os governos na África erguer sólidos alicerces económicos que garantam um amanhã melhor para os seus cidadãos. A Nigéria, embora um país em desenvolvimento, empenhar-se-á, através da cooperação económica bilateral em apressar a realização deste difícil, louvável e inevitável dever de todos os governos para com a África. Esta é a hora para a África de

reestruturar a sua economia de forma a deixar de ser um passivo e receptivo mercado do mundo industrializado, mas bem planeada economia dirigida para a satisfação das necessidades e interesses da África e dos africanos».

O embaixador da Nigéria, em seguida, falou da próxima realização no seu país do segundo festival de Artes e da Cultura do mundo negro e africano, salientando: «Um povo com um passado é capaz de tirar força desse passado de modo a obter êxito no presente e garantir um brilhante futuro para os seus filhos».

Terminou por exprimir a sua determinação em trabalhar para o estreitamento das boas relações existentes entre a Nigéria e Cabo Verde.



Amílcar Cabral

A liquidação dos colonialistas e a luta contra o imperialismo

Por outro lado, projectos de lei autorizando a venda da Guiné e de Moçambique, das colónias indianas, de Macau e de Timor por um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de escudos foram apresentados na Câmara dos Deputados de Portugal (1883 e 1891), o que prova os apetites dos colonialistas portugueses. O duque de Palmela, por exemplo, oferecera a cidade de Lourenço Marques à Grã-Bretanha em troca do auxílio desta à causa do liberalismo português. Portugal foi apenas o guardião cioso dos seus interesses, dos recursos humanos a materiais dos nossos países, ao serviço do imperialismo mundial. Esta é a verdadeira razão da sobrevivência do colonialismo português em África.

Assim, mais do que a presença de quaisquer outras potências em África, a de Portugal foi e continua a ser dependente da presença das outras potências colonizadoras, principalmente da Grã-Bretanha. Não é por acaso ou por simpatia pelo governo português que o governo britânico está pronto a auxiliar Portugal, na guerra de extermínio em Angola. É para defender os interesses dos capitais britânicos.

A liquidação progressiva do colonialismo britânico e francês e o isolamento do governo fascista de Portugal no contexto internacional são condições favoráveis à vitória da nossa luta de libertação. No entanto, não devemos esquecer que as forças imperialistas mundiais, em particular os capitais directamente interessados nas riquezas das colónias portuguesas, são o principal apoio dos colonialistas portugueses.

Lutando contra os colonialistas portugueses lutamos, portanto, contra o imperialismo. É uma das principais razões da dificuldade e possível longa duração da nossa luta.

Mas o imperialismo está hoje mergulhado nas mais profundas contradições e agoniza. As modificações formais a que é obrigado a proceder são uma prova da sua actual fraqueza e da sua decomposição.

Em resultado das condições materiais do nosso tempo, reforçadas pela crescente superioridade das forças progressistas, o imperialismo vai ser totalmente liquidado. Entretanto, podemos estar certos que isso não é possível sem luta. Os povos da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, lutando contra o colonialismo português, contribuem de forma eficaz para abreviar a liquidação total do imperialismo. Para essa missão histórica, os nossos povos estão ao lado dos outros povos africanos e de todas as forças anti-imperialistas do mundo.

★ Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.

Técnicos da OUA visita o Fogo

Encontra-se de visita à ilha de Fogo um técnico da OUA, a fim de estudar as possibilidades de introdução de novas culturas; sorgo e milho e suas variedades.

Durante as visitas que fez a zona Centro Norte da ilha e às zonas Sul e das Caldeiras no dia 24 do corrente mês, o técnico da OUA fez-se acompanhar dos técnicos da direcção regional da Agricultura. No dia 25 visitou a zona dos Mosteiros.

Por outro lado, regressou no sábado a Praia o engenheiro agrónomo, camarada António Pires, chefe do Departamento

de Protecção Vegetal do ministério da Agricultura e Águas, depois de uma permanência de três dias na ilha de Fogo acompanhado de dois técnicos franceses, um pertencendo a Bayer e outro a FAO.

Os técnicos franceses procederam durante a sua estadia a diversos ensaios de alguns produtos para o combate aos gafanhotos, tartarugas e outras pragas, tendo para o efeito deslocado para as zonas de Montabor, João da Mole, Monte Escuro e Ribeiro do Ilhéu, onde conseguiram resultados positivos.

O ministro da Justiça visitou S. Nicolau

O ministro da Justiça do país irmão esteve em S. Nicolau em visita de trabalho.

Durante a sua estadia David Hopffer Almada debruçou-se sobre a situação da Justiça nesta ilha e sobre as medidas mais urgentes a serem tomadas.

Entretanto, acompanhado do delegado do Governo e dos camaradas do Tribunal Sub-Regional, o camarada ministro deslocou-se ao Tarrafal onde teve uma sessão de trabalho com o Tribunal Popular da zona. Ainda no Tarrafal pôde visitar a fábrica de conservas de peixe, os Correios e algumas obras locais.

Por outro lado, nesta sua deslocação a S. Nicolau o camarada ministro fez escala em S. Vicente a fim de se inteirar do andamento dos trabalhos nas novas instalações da

Conservatória dos Registos da região de Barlavento.

REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Reuniu-se o Conselho Deliberativo de S. Nicolau a fim de tomar medidas importantes respeitantes à higiene pública. Com efeito, foi criada, nessa reunião, uma comissão para a dinamização de campanhas de limpeza, constituída por camaradas do Partido, da saúde, Conselho Deliberativo, JAAC e POP.

Foram analisados ainda nessa reunião diversos assuntos, entre os quais a necessidade de assumir uma política em relação à electricidade e à distribuição de água. Entretanto, foi também criada uma comissão para estudar o assunto e posteriormente, propor medidas ao Conselho.

Conselho de Ministros Analisa Perspectivas do ano agrícola

O Conselho de Ministros de Cabo Verde que se reuniu no passado dia 25 de Agosto na cidade da Praia, sob a presidência do Primeiro Ministro, camarada Pedro Pires a fim de fazer as perspectivas do presente ano agrícola, decidiu:

a) — Reafirmar a orientação traçada de liquidar a todo o custo o sistema de trabalho de «apoio», esforçando-se para que todas as iniciativas tenham como fim libertar Cabo Verde da dependência das chuvas; b) — Activar a execução de todos os projectos já financiados com o fim de abrir postos de trabalho produtivo; c) — Encarregar os diversos Ministérios, em especial os da Economia, Agricultura e Águas, Obras Públicas e Saúde e Assuntos Sociais, a apresentar programas de emergência para fazer frente à eventualidade de um mau ano agrícola.

d) — Apelar a todos os quadros técnicos e administrativos e a todos os Funcionários do Estado para que dobrem os seus esforços, assumindo as suas responsabilidades perante todo o povo trabalhador de modo a se poder levar à prática com o máximo de rapidez e eficiência todas as iniciativas de produção que se mostrarem possíveis; e) — Apelar a todos os trabalhadores para que

com a sua disciplina, espírito de responsabilidade e produtividade, contribuam para que todas as frentes de trabalho produtivo, verdadeiras frentes de Reconstrução Nacional.

f) — Apelar aos agricultores para que colaborem com a Administração local em todas as medidas que tenham como fim tornar mais racional a utilização da água nos terrenos da região; g) — Apelar à população das zonas urbanas a colaborar com as autoridades em todas as medidas tomadas para disciplinar o consumo doméstico da água, face à crescente densidade da população das cidades; h) — Intensificar a acção no plano Internacional de modo a que as Organizações e Países com quem a República Irmã de Cabo Verde mantém relações de Cooperação, acelerem a materialização da sua ajuda.

Não é a primeira vez que o Governo de Cabo Verde se debruça sobre esta eventualidade, tendo anteriormente tomado várias precauções, justamente para que o mau ano agrícola não viesse prejudicar a aplicação do programa económico que visa libertar aquele país irmão de todas as contingências a que até esta data tem sido sujeito.

S. Vicente: Reuniao geral da JAAC

No prosseguimento dos trabalhos para melhor organização reuniram-se todos os quadros da JAAC, em S. Vicente, desde os Grupos de Base à Direcção Regional.

Da agenda dos trabalhos destaca-se uma análise crítica da acção daquela organização, desde 5 de Julho, primeiro aniversário da independência de Cabo Verde, à participação da juventude nas campanhas de limpeza levadas a cabo pelo Ministério da Saúde e Assuntos Sociais e nos Campos Agro-Político a

realizarem-se no país irmão nomeadamente nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Brava.

Efectivamente deixaram esta ilha com destino a Santo Antão, 20 camaradas da JAAC desta ilha e S. Nicolau, assim como camaradas das FARP. Entretanto, seguiram também para a ilha de Santiago cerca de oito camaradas de Santo Antão e S. Vicente a fim de participarem nos Campos Agro-Político, que deverão ter lugar naquela ilha.

Victor Saude Maria:

"A cimeira de Colombo reforçou a coesão dos Não-Alinhados"

De 16 a 19 de Agosto, 85 países membros do Movimento dos Não-Alinhados reuniram-se numa conferência cimeira em Colombo, capital do Sri Lanka, sob a presidência do chefe de governo deste país, Sirimavo Bandaranaike, que substituiu assim o presidente argelino Houari Boumediene na presidência do movimento.

A Guiné-Bissau foi representada por uma delegação chefiada pelo Comissário Principal Francisco Mendes, da qual fazia ainda parte o comissário dos Negócios Estrangeiros Victor Saúde Maria, que fez uma análise do desenrolar dos trabalhos da cimeira e ainda dos assuntos políticos e económicos discutidos na conferência ministerial anterior à cimeira, que viria a constituir um êxito retumbante para os povos do terceiro mundo.

Notou-se que durante a conferência cimeira dos chefes de Estado e governo Não-Alinhados em Colombo, houve membros que na sua intervenção criticaram a importância que o movimento dava aos assuntos políticos em detrimento dos problemas de ordem económica. Na opinião do camarada comissário terá realmente existido tal discordância de opinião? Qual a posição assumida pela nossa representação?

«No que respeita às posições dos países membros dos Não-Alinhados na reunião de Sri Lanka, apesar dos comentários feitos por certos jornais ocidentais, é importante tanto o ponto de vista económico como o político. Porque no nosso movimento, não podem falar de problemas políticos sem forçosamente passarmos pelos económicos.

Como sabe, fazemos parte dos países do terceiro mundo, países que têm com sérios problemas para afirmar perante as forças contrárias aos seus objectivos, justamente nesta fase de independência política dos países do terceiro mundo, precisamos de fazer uma luta económica que nos levará a reafirmar a nossa posição no plano internacional. É este o objectivo fundamental dos Não-Alinhados; para não nos alinharmos é necessário que estejamos de facto independentes e para sermos independentes não basta sê-lo politicamente, também teremos que sê-lo economicamente, para podermos reafirmar o nosso não-alinhamento perante as forças a que nos opomos.

É justamente nesse sentido que talvez surgiu esta interpretação de que alguns países pretendiam que só se discutisse a situação económica, enquanto outros davam prioridade aos assuntos políticos. Esse não foi o objectivo dos Não-Alinhados,

muito menos da Guiné-Bissau. É preciso que a coisa fique bem clara, antes de tudo nós lutamos pela independência política, do nosso país, mas para termos a independência total é preciso que economicamente também sejamos independentes, portanto este é um objectivo que o nosso Partido defendeu desde que éramos um simples Partido em luta pela independência da nossa terra contra a dominação colonial portuguesa. Isto é que nos levou a justamente a aderir ao movimento dos Não-Alinhados, porque vimos que a política traçada por eles é justa, é uma política que defende a independência dos países do terceiro mundo e que está de acordo com todos os interesses do nosso povo. Por estes motivos é que temos participado nos tempos passados e continuamos depois da independência a dar a nossa modesta contribuição no movimento dos Não-Alinhados.

Portanto esta posição foi intransigentemente defendida na conferência de Colombo, pois os camaradas sabem que o movimento Não-Alinhados desenvolveu nos últimos tempos importantes acções no plano internacional sobretudo depois da cimeira de Argel, por iniciativa do Presidente Boumediene e do governo argelino foram convocadas reuniões importantes, podemos citar a conferência extraordinária da Assembleia Geral da ONU para discutir problemas de ordem económica internacional, porque há toda uma discriminação em relação aos países do terceiro mundo que é preciso meter na ordem para que de facto os nossos países passem a beneficiar dos direitos que possuem na venda dos seus produtos, e isso foi uma grande vitória nossa na última reunião extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas só pa-

ra discutir problemas de ordem económica internacional. A mesma reunião foi analisada de novo em Colombo, fez-se o balanço para avaliar o resultado positivo obtido nessa reunião e de que maneira fazer avançar a batalha da ordem económica internacional. E isso foi reafirmado por todos os membros, portanto, não houve nem pode ter havido discordâncias entre nós, porque foi comum a reivindicação pelas discriminações de que somos vítimas nas trocas comerciais em todos os domínios com os países desenvolvidos».

ÁFRICA AUSTRAL

Quais foram as declarações e resoluções políticas adoptadas pela conferência cimeira acerca dos chamados «pontos quentes» da conferência, África Austral, Sahara Ocidental que divide os países africanos membros em especial os árabes, e do Médio-Oriente onde o Líbano é o espinho mais agudo?

«Além dos problemas económicos que preocupam os países Não-Alinhados, existem os de libertação dos povos que ainda sofrem a dominação estrangeira. Este foi discutido com muita profundidade, pois o nosso movimento não pode falar de não-alinhamento, quer dizer de independência sem se preocupar com a descolonização. É por isso que o problema da África Austral foi levado a discussão e que o Movimento dos Não-Alinhados reafirmou mais uma vez o seu apoio total aos movimentos de libertação da África Austral, do Zimbábue, Namíbia e África do Sul.

Também durante a conferência foi lançado o apelo para que a solidariedade dos países membros do Movimento Não-Alinhado intensifique a sua ajuda aos movimentos de libertação dessas terras e para procurar reforçar a sua campanha no plano internacional a fim de isolar cada vez mais a política do «apartheid» e de discriminação racial que existe na África do Sul. E também foi condenado com vigor o massacre contra os alunos de Soweto.

O problema do Sahara Ocidental era mais que inevitável, não podíamos deixar de o levantar, porque constitui uma preocupação para o continente africano e ameaça para a paz. Dado que o Movimento dos Não-Alinhados discute o problema da paz e do desanuviamiento no mundo, era impossível não abordarmos o do Sahara.

O assunto foi discutido embora tenha havido países que opuseram-se a tal, inicialmente claro, pois é contra o espírito do não-alinhamento. Alguns países adiaram a questão do Sahara Ocidental em relação a eles a Guiné-Bissau. A questão foi discutida, mas não é um problema que só diz respeito a África, é internacional, desde 1975 nas Nações Unidas pela independência dos povos de acordo com a resolução 1514, até agora não encontrou solução. E se antes se falou da situação Sahara,

Portanto não havia nenhuma razão para esse problema não ser discutido em Colombo. E o movimento dos não-alinhados continuou a apoiar a autodeterminação e dependência do povo do Sahara nas suas resoluções como também nas resoluções das Nações Unidas. Um outro problema mais ou menos semelhante ao do Sahara e que nos preocupa particularmente a nível das ex-colónias portuguesas, é o de Timor, que sofreu uma invasão da Indonésia, contra a vontade do seu povo.

A invasão e ocupação de Timor Leste pela força é um problema que não diz respeito às ex-colónias portuguesas, mas também a todos os povos amantes da paz e da liberdade. A ocupação desse território soberano constitui uma ameaça para a paz, por isso esse problema foi levantado perante os Não-Alinhados em Colombo para chamá-los a atenção no sentido de conferirem um apoio à Fretilin. Procuramos também pôr Portugal perante a responsabilidade moral e política no que respeita a Timor. E para nós até a data presente Portugal é responsável pelo futuro de Timor.

A maior parte dos membros da conferência cimeira dos Não-Alinhados apoiou a nossa posição. Mesmo nas Nações Unidas foi votada uma resolução de apoio à autodeterminação e independência do povo de Timor. A maioria dos membros do Movimento dos Não-Alinhados são membros da Assembleia Geral das Nações Unidas e apoiaram a resolução aí adoptada, para respeitar a independência de Timor».

EMBARGO DE PETRÓLEO

«Entre as declarações políticas adoptadas pela cimeira de Colombo, houve uma que provocou grande controvérsia, a proposta de alguns jornais terem dito que ho-



Relatório do Secretário-Geral do PAIGC camarada Aristides Pereira

Camaradas, cumpre-me, na minha qualidade de Secretário-Geral do Partido, apresentar, em nome do Comité Executivo da Luta, um Relatório Geral sobre a nossa actividade.

Antes, porém, de o fazer queria saudar todos os membros do Conselho Superior de Luta, em primeiro lugar o camarada Luiz Cabral, nosso Secretário-Geral Adjunto, e os demais membros do Secretariado Permanente do Comité Executivo de Luta.

Sei que todos os camaradas têm plena consciência da importância desta reunião, na qual devemos fazer um balanço da nossa actividade e traçar vias para a continuação do nosso esforço no sentido da realização dos objectivos do nosso Partido.

Dada a importância que reveste esta reunião do Comité Executivo de Luta, achamos útil que ela fosse precedida de algum trabalho preparatório. E com esse objectivo fizeram-se alguns encontros na Praia e em Bissau, nos quais foi elaborado o projecto da ordem de trabalhos que nos foi submetido. Desses encontros resultou também a base deste Relatório Geral que vai ser um documento de trabalho da nossa reunião.

Penso que o esforço feito no sentido da preparação desta reunião foi útil, embora as nossas dificuldades e ocupações normais não tenham permitido que ele fosse tão desenvolvido quanto seria desejável. De qualquer modo, o facto de termos feito já alguma preparação para a reunião é algo de novo nos nossos hábitos e esperamos que constitua um precedente a observar no futuro, o que é exigido pela complexidade dos problemas que se põem na nova fase da nossa vida e pelas enormes responsabilidades que temos hoje à frente dos nossos Estados.

Achamos bem dividir o nosso Relatório em duas partes. Na primeira, debruçar-nos-emos sobre questões da vida do Partido, nos seus diversos aspectos. Numa segunda parte, abordaremos problemas já mais ligados à acção dos nossos Estados, tanto no plano interno como no plano internacional.

Esperamos que as considerações que aqui se farão possam lançar a discussão sobre os problemas que nos preocupam nesta hora. Que essa discussão seja franca e profunda, como é hábito nas nossas reuniões.

Teremos assim, dado, após a libertação total das nossas terras, mais um passo no sentido da realização integral do Programa Maior do nosso Partido: no sentido da construção da Unidade da Guiné e Cabo Verde e da construção de uma vida de progresso, de justiça e de paz para todos os filhos das nossas terras.

I — ACÇÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA

Fazer o balanço da actividade geral do Partido no período pós-independência significa, antes de mais, descrever o processo do seu próprio crescimento no período considerado. É intuitivo que tal descrição não é possível se não partirmos da caracterização do que era o Partido como corpo — isto é, como massa organizada — no período da luta armada de libertação nacional.

O Partido, cujo vigésimo aniversário é festejado este ano, foi fundado em 1956. Tendo-se fixado desde a sua fundação, objectivos e princípios bem precisos, foi segregando, na acção quotidiana exigida pela luta, e ao longo desta, modelos de organização que, em diferentes etapas, eram recomendados pelas realidades sempre em transformação. O facto, ainda, de essas realidades apresentarem características totalmente diferentes na Guiné — onde

a luta tomou a forma armada — e em Cabo Verde — onde ela se fez por processos exclusivamente políticos — determinou que, em cada um dos nossos países, tivéssemos chegado à independência com esquemas de organização representando fases diferentes de desenvolvimento das estruturas partidárias.

1 — A nível nacional da Guiné

Assim, na Guiné, o desencadeamento da luta armada em 1963, com a consequente libertação de extensas áreas onde a presença da autoridade colonial foi eliminada, cedo impôs ao Partido responsabilidades caracterizadamente administrativas «*latu sensu*» em relação a massas sempre crescentes da população. Assumindo essas responsabilidades, o Partido acrescentou às suas tarefas caracterizadamente partidárias (de acção política), funções que, definindo sectores das actividades de Estado, levaram à sua caracterização como um «*Partido - Estado*».

Nas áreas controladas pelo estado colonial, o Partido manteve, porém, o seu carácter de organização exclusivamente política, agindo na mais estrita clandestinidade, nunca se tendo verificado o aparecimento — como foi o caso em outras experiências — de uma acção administrativa paralela exercida pelas estruturas partidárias.

Deve, por outro lado, notar-se que a hemorragia que representou para as estruturas clandestinas (que em certo período tiveram algum vigor em Bissau) a saída de militantes e responsáveis para as frentes de combate e para o exterior; a repressão violenta exercida pela famigerada PIDE/DGS, que teve como consequência o assassinato, a prisão ou a neutralização de muitos membros do Partido; a traição de um número importante de filhos da nossa terra, até mesmo de alguns altos responsáveis das estruturas clandestinas, que se juntaram ao inimigo, permitindo a criação de uma rede vasta, activa e eficaz de agentes e informadores, tudo isso determinou que, no momento da independência, a organização do Partido já tivesse sido praticamente destruída na cidade.

Na proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, a 24 de Setembro de 1973, a situação na Guiné, era, portanto, a seguinte:

1. O Partido, com as características de organização de massa que definem o movimento de libertação nacional, dispunha de uma organização solidamente estruturada ao nível das regiões libertadas. A solididade dessas estruturas não significa, no entanto, que elas fossem já «*estruturas acabadas*», isto é, que elas tivessem já atingido, nas regiões libertadas, todas aquelas características que definem o modelo do Partido que queremos construir, em que a participação da base na decisão é garantida, nos diversos níveis, através de um esquema democrático de organização e funcionamento, o qual pressupõe a existência, ao lado de cada comité, de uma Assembleia de Delegados do nível inferior, que o elege e controla e de que ele é o executivo. Não existiam, portanto, Assembleias ou Conferências nos níveis intermédios, as reuniões de tabanca eram simples reuniões de população e não assembleias de grupos de militantes, e os comités — à excepção do comité de base — eram designados pela cúpula do Partido.

2. Através das estruturas referidas, o Partido exercia, nas regiões libertadas as responsabilidades dum verdadeiro Estado. Era, portanto, como alguém o chamou, um Partido-Estado.

3. Ao nível do território ainda ocupado (e de Bissau em particular), o aparelho do Partido tinha sido praticamente desmantelado, o que não exclui a existência, nessas áreas, de militantes dispersos e isolados (ou com contactos esporádicos com a Direcção do Partido) e, em geral, ultrapassados política e ideologicamente.

A proclamação da independência da República da Guiné-Bissau (isto é, a proclamação da existência de um Estado soberano na Guiné, cujo território cobria todo o país, tal como é definido pelas suas fronteiras actuais) é um marco importante na evolução das nossas estruturas.

Com efeito, tendo completado as estruturas estaduais, a nível central, com a eleição da Assembleia Nacional Popular e com a designação, por esta, de órgãos políticos e governativos (Conselho de Estado e Conselho dos Comissários de Estado), foi, ainda, ao Partido, teoricamente em apoio do recém-criado Comissariado de Estado do Interior, que coube fazer o esforço no sentido da instalação dos órgãos da administração local (Comités de Estado de Região e de Sector), nos quais foram mobilizados responsáveis cuja experiência de administração de populações tinha sido acumulado, durante a luta, através da participação nas estruturas do «*Partido-Estado*».

O curto período que medeou entre a proclamação do Estado (Setembro de 1973) e a cessação das hostilidades, que se seguiu ao derrube do governo fascista português, em Abril de 1974 — apenas sete meses —, explica o pouco caminho percorrido no sentido da instalação de Comités de Estado a nível local, isto é, do aparecimento, ao lado dos Comités do Partido, de Sector e de Região, de estruturas estaduais distintas.

De um modo geral pode dizer-se que, a nível do Sector e da Região, a identidade «*Partido-Estado*» se manteve para além da proclamação da independência, tendo mesmo sido reforçada, após a cessação das hostilidades e até à libertação total do país (mês de Outubro de 1974), com a criação de comités político-administrativos (portanto, do Partido e do Estado) que assumiam as responsabilidades de controle das áreas progressivamente deixadas pela tropa colonial de ocupação, no seu movimento de retirada para fora do país. Por outro lado, a necessidade de envio de quadros para as áreas recentemente ocupadas, a fim de integrarem os referidos comités político-militares, impôs, praticamente, a paralização — se não a dissolução —, das antigas estruturas locais do Partido e do Estado.

Uma nova etapa iria iniciar-se com a instalação, em Bissau, da Direcção do Partido e do Estado da Guiné-Bissau e, particularmente, com a designação de Presidentes para os Comités de Estado de cada uma das oito regiões.

O Comité de Região, que é simultaneamente um órgão de administração local e um órgão local de administração central, é constituído, de acordo com o modelo adoptado de Administração, pelo Presidente e pelos chefes dos diversos serviços administrativos que representam, na sede da Região, os vários Comissariados de Estado. Tendo sido principal razão da sua criação o respeito pelo princípio da direcção colectiva, o Comité de Estado deve funcionar, por definição, como um corpo colectivo que é, a existência de um primeiro responsável — o Presidente — não lhe retirando esse carácter.

Na prática, porém, verifica-se que os Comités de Estado não têm, em geral, funcionado como tais, sendo os assuntos locais tratados pelo Presidente ou pelo Chefe

de serviço interessado, em conjunto ou separadamente, frequentes vezes verificando-se a subida dos respectivos processos para a instância superior, em Bissau, sem que eles tenham sido abordados colectivamente pelo Comité Regional.

Esta é uma das carências já verificadas no aparelho administrativo, na Guiné-Bissau, que o Governo tem procurado eliminar, estimulando os responsáveis regionais a observarem o princípio da direcção colectiva fazendo funcionar o seu Comité como um corpo colectivo, o que é fundamental para a sua existência real.

Acontece, ainda, que, pela sua própria composição, que atrás descrevemos, o Comité de Estado, não é, necessariamente, um «*Comité do Partido*», no sentido de que não é um órgão constituído exclusivamente por responsáveis do Partido, nelles participando, em geral — e por inerência —, quadros simplesmente administrativos, em muitos casos quadros vindos do velho aparelho da Administração colonial e que, portanto, não dão necessariamente mostras de identificação com a luta.

Assim sendo, pode dizer-se que, inexistindo hoje, ao nível da Região, uma estrutura própria do Partido, as estruturas regionais do Estado não podem, pela sua composição e pela forma como têm funcionado, preencher essa lacuna, não sendo possível hoje, dada principalmente a participação de elementos «*sem-partido*» nos órgãos regionais do Estado, as soluções de tipo híbrido que definiram, no passado, o Partido - Estado.

É evidente que as considerações que precedem não devem, em caso algum, ser entendidas como a constatação da inexistência de uma actividade partidária a nível regional. Além de lavar em erro, quem tal concluisse cometeria uma injustiça em relação aos responsáveis do Partido que fazem parte dos Comités de Estado, os quais têm, na sua actividade, agido como militantes e responsáveis, em geral dinâmicos, do Partido, promovendo frequentes reuniões de massas, transmitindo a estas a palavra do Partido e levando, até aos órgãos centrais de direcção, a palavra da base. Uma referência especial merecem, de resto, os responsáveis regionais do interior que, tendo assumido a responsabilidade de mobilizar e organizar vastas massas populacionais ainda recentemente controladas pela tropa colonial, fizeram um trabalho verdadeiramente notável, promovendo a necessária agitação política e suscitando o entusiasmo dessas populações, as quais dão hoje, incontestavelmente, o seu apoio ao Partido e à sua direcção.

Ao nível abaixo da Região, a situação no interior é fundamentalmente a seguinte:

O Comité de Sector, que é, quase sempre, exclusivamente constituído por responsáveis do Partido formados na luta, tem mantido funções híbridas, configurando-se como um órgão político-administrativo. É a figura do Partido-Estado que sobrevive ainda a esse nível, três anos após a proclamação da independência.

De resto, agindo como estrutura do Partido, o Comité de Sector continua a ser apoiado pela acção eficaz dos «*Coiaboradores*» e, por ocasiões, pela actividade de Brigadas Políticas expedidas pela Direcção do Partido para os sectores em que a situação tem exigido a intensificação do trabalho partidário junto das populações.

Só existindo órgãos do aparelho do Estado até ao nível do sector, como se apresenta a situação abaixo desse nível?

Em algumas das Secções do Norte, em que existiam comités do Partido durante a luta armada, ainda se encontram activistas («*responsáveis de secção*»), antigos membros desses comités, cuja situação não se encontra regularizada. Não tendo sido

Relatorio do Secretario-Geral do

absorvidos pelo aparelho do Estado, muitos desses activistas, na sua maioria anti-gos combatentes das FARP, não foram também «profissionalizados» pelo Partido, a cujo serviço se mantêm, vivendo em condições precárias. Trata-se de um problema que tem ultrapassado a capacidade material de solução dos responsáveis locais e ao qual a Direcção do Partido deverá dedicar, com urgência, a melhor atenção.

Não se considerando o caso, a resolver, desses activistas, pode dizer-se que a actividade partidária não está profissionalizada a nível da secção. O Partido tem vindo, porém, a organizar-se a esse nível, através da criação de comités de secção em áreas em que não existiam, fenómeno que recebeu um grande impulso com o esforço de estruturação do Partido nos centros urbanos e nas áreas rurais ainda recentemente ocupadas pela tropa portuguesa.

Na base, a organização do Partido sofreu importantes alterações quantitativas, com a sua implantação em novas áreas rurais e nos centros urbanos. Hoje o aparelho do Partido cobre todo o espaço nacional da Guiné, estando presente, ainda que, em alguns lados, de forma ainda não perfeita, (no aspecto de organização ou no de funcionamento), em todas as tabancas e em todos os bairros das nossas praças.

Consideração à parte merece a situação na cidade de Bissau:

Como se disse atrás, durante os longos anos da luta de libertação nacional, o aparelho clandestino do Partido foi praticamente desmantelado pelo inimigo na capital ocupada.

Quando, após o derrube do último governo colonial-fascista português, foi possível iniciar-se, em Bissau, uma actividade partidária aberta, os responsáveis encarregados de organizar o Partido iniciaram o cumprimento da sua tarefa praticamente a partir do nada. Puderam, no entanto, lançar mão de alguns velhos militantes, muitos dos quais tinham conhecido torturas e humilhações nos calabouços colonialistas, iniciando com eles a actividade que iria permitir a constituição de comités a nível dos diversos bairros de Bissau.

Essa acção, que foi de certo modo facilitada pelo ambiente geral de entusiasmo suscitado pela libertação total do país, sofreu, em contrapartida, os prejuízos resultantes da infiltração de elementos oportunistas, infiltração facilitada pelo referido ambiente. As carências, já referidas atrás, da formação política e ideológica da maioria dos velhos militantes do Partido, foram outro factor que prejudicou o desenvolvimento das estruturas recém-criadas em Bissau, o qual, ainda hoje, exige um esforço da Direcção no sentido da sua superação. Este esforço é tanto mais necessário quanto é certo que Bissau abriga, sem dúvida, a parte mais alienada da nossa população, aquela que, minada por taras de toda a ordem, originadas no contacto com uma tropa colonial roída pelo vício, constitui, sem dúvida, o sector mais difícil, do ponto de vista político, das nossas populações.

Consciente das carências de organização aqui apontadas, a nível de Bissau e do interior, a Direcção do Partido adoptou algumas medidas:

Assim, a designação, no mês passado, de Secretários Regionais do Partido, obedeceu à preocupação de dar à actividade do Partido nas regiões o quadro organizativo indispensável ao seu desenvolvimento e ao exercício de um controlo real dessa actividade pelas estruturas hierarquicamente superiores.

Com efeito, o Secretário da Região é um elemento profissional, um funcionário do Partido. Devendo dedicar-se exclusivamente à actividade partidária, a sua presença na região, onde as preocupações

administrativas absorvem, ao menos em grande parte, as energias dos outros responsáveis, deve trazer consigo um importante aumento da capacidade real de acção do Partido, seja no plano da organização e do controlo, seja no da agitação e da mobilização das massas.

A designação de Secretários regionais visou, em primeiro lugar, o objectivo da recriação dos comités regionais do Partido.

Do acordo com a orientação adoptada — a qual se baseia na experiência adquirida durante a luta, que não recomenda, ao menos por enquanto, um tipo de direcção bicefala a esse nível —, o Comité Regional do Partido deve ter por Presidente, o Presidente do Comité de Estado de Região (que é sempre um responsável do Partido e, muitas vezes, membro do CSL). A equipa constituída pelo Presidente do Comité e pelo Secretário Regional deveria propôr à direcção do Partido a designação de outros responsáveis que, residindo na região, deverão com eles constituir o comité regional.

Espera-se, por esta forma, ver renascer, em breve, os Comités Regionais do Partido, estrutura tradicionalmente existente na nossa organização, prevista nos Estatutos em vigor e cuja necessidade não carece de explicações demoradas.

Ao Secretário Regional do Partido, sob a orientação do respectivo Comité Regional e dando execução às palavras de ordem e instruções da Direcção, cabe igualmente, impulsionar, a reorganização e a reactivação dos Comités do Sector e, de um modo geral, da actividade partidária nos sectores, assegurando o controlo regional e a ligação com as instâncias superiores do Partido.

Dada a enorme tarefa de reorganização que se impõe nas regiões, caberá aqui perguntar se a existência, a nível da região, de um único quadro profissional, não é uma medida por demais modesta.

É certo que a solução não é fácil, dadas as limitações de carácter financeiro e as limitações, ainda mais difíceis de vencer, do número de quadros disponíveis para a actividade exclusivamente partidária. Que se adopte uma ou outra solução, um facto se mantém, porém, totalmente válido: a falha da nossa Direcção no esforço de superação das carências de formação dos quadros do Partido, os quais, por seu lado — e apesar das constantes advertências feitas pelo Fundador e Militante N.º 1 —, não se preocuparam com a elevação do nível da sua formação, estando, em geral, nesta nova fase da nossa vida e da nossa luta, muito para aquém das responsabilidades que têm de assumir, seja no aparelho do Partido, seja no aparelho de Estado.

Preocupando-se com as carências e falhas de organização a nível de Bissau, a Direcção do Partido decidiu, nos últimos meses do ano passado, a constituição e distribuição, pelos bairros de «Comissões de Dinamização», compostas, em geral, por três elementos (Membros do C.E.L., do CSL ou responsáveis com experiência de trabalho político, todos residentes em Bissau). Esta solução, ao mesmo tempo que permitia levar aos Comités de Bairro (constituídos por elementos inexperientes, em geral com um conhecimento imperfeito dos Estatutos e do Programa de Partido, com carência ideológica e pouca capacidade de iniciativa) a colaboração de quadros dirigentes e responsáveis experientes, permitia também dar a estes uma tarefa militante concreta, combatendo-se deste modo, um certo immobilismo — se não uma certa desmobilização — por todos constatada entre os referidos dirigentes e responsáveis, os quais, desde a sua chegada a Bissau, não exerciam praticamente qualquer actividade

partidária.

Mostrando não ter compreendido o alcance desta medida e assumindo uma atitude que revela o estado deficiente da sua disponibilidade para as actividades partidárias, muitos dos quadros afectados aos bairros não compareceram nesse novo posto de luta que lhes era indicado pelo Partido.

Isso depois de um longo período em que, por não terem respondido prontamente à chamada da Direcção do Partido, obrigaram esta a adiar frequentes vezes a realização concreta daquela importante decisão.

Urge que o CSL analise de modo crítico a atitude desses dirigentes e responsáveis e, de um modo geral, o estado actual de mobilização dos nossos quadros. Isso porque só, pode, de facto, arregar-se a qualidade de militante do PAIGC aquele que tenha uma actividade real e actual — ainda que não exclusiva — no seio do Partido, independentemente do esforço que, num passado mais ou menos longo, e ainda que com grandes sacrifícios, tenha desenvolvido no quadro da luta de libertação nacional. E não há dúvida que a primeira qualidade que se exige a um responsável ou a um dirigente é a de ser um militante exemplar do PAIGC.

Considera-se que, apesar da falha aqui apontada, a participação dos quadros superiores do Partido nas actividades de base teve resultados positivos — ainda que variáveis de bairro para bairro —, de acordo com o maior ou menor esforço dispendido pelo que se chamou «Comissão de Dinamização». Importa prosseguir a experiência, corrigindo os erros e falhas e estimulando as iniciativas. Impõe-se, principalmente, que as «Comissões de Dinamização» exerçam uma certa auto-vigilância, no sentido de combaterem qualquer tentação a substituírem-se ao Comité do Bairro, o que significaria a destruição do organismo de base como tal. Cabe, principalmente, a essas Comissões, estimular e auxiliar o esforço de superação que devem fazer os membros destes comités com vista à elevação do nível da sua formação política e ideológica, condição indispensável para que possam assumir plenamente as suas responsabilidades.

À Direcção do Partido competirá apoiar esse esforço, criando e oferecendo a esses elementos a possibilidade de adquirirem e desenvolverem a formação de base indispensável ao exercício consciente das suas responsabilidades junto das massas a mobilizar ou já mobilizadas em torno do respectivo comité.

Não existem, na Guiné, estruturas próprias a nível nacional (do tipo que preenche, em Cabo Verde, a Comissão Nacional de Cabo Verde). Os efeitos dessa carência, que se tornaram mais agudas com a prolongada ausência, da Guiné, do Secretário-Geral do Partido, após a sua tomada de posse do cargo de Presidente da República de Cabo Verde, não puderam ser evitados com a medida, que se adoptou nessa perspectiva, da criação de uma Comissão de Organização.

Pela missão de que foi incumbida, a Comissão de Organização, instrumento de acção da Direcção do Partido, deveria preencher, ao menos em parte, a insuficiência de organização notada a nível nacional da Guiné. A ela caberia, a esse nível, a orientação da actividade organizativa e de controlo, em todo o país, dela emanando ordens e instruções para os escalões inferiores e a ela prestando directamente contas os responsáveis do Partido de nível regional. Através do aparelho do Partido, a Comissão de Organização deveria, assim, manter-se em dia com a situação em todo o País, tanto do ponto de vista da organização interna e da actividade do Partido,

como no que respeita a todos os aspectos políticos e outros, que interessam ao Estado e das populações.

A Comissão de Organização não foi priu a sua missão, por razões que não pode deixar de analisar de modo crítico. Essas razões não deixarão, porém, de ter estreita relação com o que, pelo menos constatado da diminuição da actividade, efectivamente, dedicada por quadros à actividade do Partido, situação que urge combater e que não pode, em caso algum, ser explicada por prioridades exigidas por responsabilidades assumidas nos quadros do aparelho do Estado.

Independentemente das razões lhas à conduta partidária dos seus membros, importa também analisar se certos factos — esses objectivos — não condenam a Comissão de Organização, à partida, lhas na sua acção. Importa, nomeadamente, não só analisar a experiência da Comissão de Organização, mas também, ter em conta a longa experiência da nossa luta. Procedendo, somos levados a concluir que não devemos manter a Comissão de Organização nos moldes actuais — com actuais ou com outros membros — preferível, em lugar de uma Comissão desse tipo, criarmos um Departamento de Organização e Controlo, encabeçado por um dirigente profissionalizado.

Esse Departamento de Organização e Controlo seria, evidentemente, um instrumento da Comissão Nacional da Luta cuja criação nos parece indispensável, em cujo seio se poderiam constituir departamentos para domínios específicos.

Dada a necessidade de os responsáveis do CSL, terem uma actividade permanente e concreta, a Comissão Nacional da Guiné deverá absorver a actividade dos membros do CSL aí residentes. A fim de garantir a eficácia da Comissão Nacional e a coordenação da actividade dos seus diversos Departamentos, deverá, porém, criar-se, no seio da referida Comissão, um Secretariado Permanente que, constituído pelos chefes dos Departamentos que a compõem e que funcionam sob a presidência do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta.

No quadro das insuficiências de organização, importa referir outros aspectos que afectam profundamente o funcionamento do aparelho do Partido. Trata-se de deficiências que não são novas — que se tiram desde sempre —, mas a que é fundamental pôr-se cobro para se dar um passo em frente qualitativo no aperfeiçoamento da nossa organização.

Assim, de um modo geral pode dizer-se que o nosso Partido, na Guiné, continua a viver «sem papéis». São raras as iniciativas que se transmitem sob a forma de decisão, o que muitas vezes traz como consequência uma errada transmissão e interpretação da decisão a executar; tendo-se de uma decisão cuja execução não é garantida por diversos organismos que raro elaborarem-se e distribuírem-se para os locais que garantam a fidelidade da execução e a uniformidade de execução da mesma; continuam as instâncias a lutar-se, como no tempo da guerra, com o zelo dos escalões inferiores em elaborar relatórios sobre as suas áreas e sobre as suas actividades, embora a mesma ausência de zelo as características no que respeita à informação devida às instâncias que os comandam, lhas são superiores, etc.

Esta situação, sem dúvida, prejudica vemente o desenvolvimento normal da actividade de quem é dirigido, ao qual não é dada a possibilidade de referência a escritos que fixem as modalidades da sua acção, não é, porém, menos dramática para o dirigente que, mantido na ignorância da realidade em que deve dirigir, se

PAIGC camarada Aristides Pereira

manietado e incapaz de cumprir cabalmente as responsabilidades de que está investido. É urgente pôr-se cobro a essa situação.

Foi a consciência dos prejuízos que acarretava a sua acção, a ignorância, em que tal situação a mantinha, da situação no interior, que levou a Direcção do Partido a designar, ainda em 1974, delegados seus a que deu a tarefa de contactar, inspecionar e orientar periodicamente os organismos regionais do «Partido-Estado», submetendo-lhe regularmente relatórios sobre a sua actividade. Essa decisão era tanto mais importante quanto é certo que, tendo assumido altas responsabilidades no Governo ou na Administração Central, os dirigentes do Partido, deixando-se em geral absorver pelos problemas a solucionar em Bissau (ou deixando-se absorver por Bissau), tinham, salvo raras excepções, voltado as costas às áreas do interior.

Sabe-se os fracos resultados de tal medida. Poucos foram os delegados da Direcção que dedicaram ao cumprimento dessa responsabilidade a atenção e o interesse que se impunham, evocando ocupações que, no quadro das suas responsabilidades ao nível do Estado, diminuía a sua disponibilidade para as tarefas partidárias.

Importa que o CSL aprecie o real valor das razões evocadas, criticando o comportamento de uns e outros. Mas importa, principalmente, que se ponha cobro à tática antiga de não se fazer canalizar para as instâncias superiores, sob a forma de relatórios simples mas completos e, sobretudo, frequentes e regulares, a informação indispensável ao exercício consciente, real e eficiente da responsabilidade de dirigir, que têm as instâncias superiores.

São também insuficiências nossas herdadas do passado, a que ainda não conseguimos pôr cobro, a inexistência de um ficheiro central organizado dos nossos militantes e de um serviço de distribuição de cartões de militantes. Por essas razões, o Secretariado-Geral do Partido, nos moldes em que funciona actualmente, está nomeadamente impossibilitado de cumprir cabalmente a responsabilidade que lhe deu a Lei n.º 5/75 na organização dos processos dos «Combatentes da Liberdade da Pátria». Esta também a razão pela qual a Direcção do Partido está na impossibilidade de apresentar dados estatísticos seguros através dos quais o CSL pudesse apreciar, mais objectivamente, a dimensão e o dinamismo do nosso Partido, a nossa penetração nas massas populares e a nossa capacidade mobilizadora, em suma, a nossa força como guia do nosso povo nesta nova fase que vivemos da realização do Programa Maior do nosso Partido.

O Conselho Superior da Luta deverá também discutir e tomar decisões em relação a duas questões de extrema importância que são:

- a questão da organização do Partido no seio das Forças Armadas;
- a questão da organização do Partido nos locais de trabalho e, em particular, nas Repartições e Empresas do Estado.

O Partido não está ainda organizado ao nível das Forças Armadas, o que não significa que não haja, nos corpos militares, reuniões e outras actividades de carácter partidário. Cabe, no entanto fixar o modelo de organização que deve ser adoptado nesses corpos, a fim de que se possa avançar com a implantação de estruturas próprias do Partido no seu braço armado.

Também se verifica a existência de uma actividade de carácter partidário em alguns serviços e empresas, promovida por responsáveis do Partido que aí trabalham.

Importa encorajar essas iniciativas. Impõe-se, porém, que não se procure desenvolver essas actividades através da admissão precipitada, em estruturas do Partido, de trabalhadores que nunca tiveram uma acção militante que garanta a sua adesão sincera aos nossos princípios e objectivos.

Por outro lado, devendo fazer-se um esforço no sentido da estruturação da organização sindical nos locais de trabalho, pode concluir-se ser mais útil, nesta fase da nossa luta, e a nível do Partido, procurar enquadrar-se os trabalhadores (incluindo os da Função Pública), segundo os locais da sua residência. Uma organização deste tipo permitiria, certamente, levar a contribuição da capacidade do trabalhador à actividade dos comités dos bairros e contrariaria a tendência que se verifica entre os trabalhadores da Função Pública e os empregados mais favorecidos do sector privado, para se constituírem em elites.

A organização do Partido, a nível dos serviços, limitar-se-ia, nesta fase, à existência de células integradas por elementos que respondam à definição de militantes do Partido, que adiante se abordará, e teriam, além das tarefas gerais dadas pelos Estatutos aos organismos de base, tarefas que referiremos no Capítulo em que versaremos as relações entre o Partido e o Estado.

2 — A nível nacional de Cabo Verde

Em Cabo Verde, as estruturas do Partido não sofreram as pressões que a guerra e as exigências da reconstrução das regiões libertadas exerceram na Guiné, onde impuseram a evolução que conduziu ao aparecimento de formas organizativas do tipo «Partido-Estado». Desenvolvendo-se numa clandestinidade absoluta, a luta assumiu, aí, formas puramente políticas. Daí que, ao emergir da clandestinidade, após a queda do último governo colonial-fascista português, o Partido apresentasse estruturas muito simples e articuladas de acordo com as exigências das regras conspirativas.

Pouco implantado no Arquipélago, a organização resumia-se a algumas células em Santiago (principalmente na Praia), no Mindelo e em Santo Antão. Na capital do País, um organismo coordenador mantinha-se em estreita ligação com as estruturas clandestinas que o Partido tinha no seio dos estudantes e trabalhadores da Guiné e Cabo Verde, em Lisboa, e, principalmente, através destas, com a Direcção supra-nacional.

As exigências da luta clandestina, que nunca permitiram, até 1974, que o Partido se desenvolvesse em termos de aumento de massa militante, explicam também, em grande parte, o desequilíbrio que se pode constatar entre as componentes sociais dessa massa, a qual englobava, por ordem decrescente de importância, estudantes, alguns pequenos funcionários e poucos trabalhadores.

Resumindo: até 1974, verifica-se um certo enquistamento no corpo do Partido em Cabo Verde, e uma organização com vocação para evoluir no sentido da adopção de formas desenvolvidas de tipo conspirativo clássico.

Após 25 de Abril de 1974, e, principalmente, após o início da primeira fase das negociações entre o PAIGC e o Governo Provisório Português (Londres e Argel), o Partido iniciou uma nova fase da actividade aberta (legal?) no Arquipélago. E na nova conjuntura, as formas organizativas e os processos de funcionamento do período da clandestinidade — que não podiam deixar de ter marcado a organização e os homens — reflectiram-se no desenrolar da luta.

Esses reflexos foram, uns, positivos — resultantes do hábito de organização, do

hábito de disciplina, do hábito de exigência de responsabilidade a si próprio e aos outros, do hábito de vigilância, em especial na selecção dos militantes e — e outros negativos.

Reflexo negativo foi, por exemplo, a tendência para manter o Partido como corpo fechado, num momento em que a estratégia da luta exigia que ele abrisse e escolhesse novas adesões, assumindo, perante as massas e perante o inimigo, de forma incontestável, a direcção do movimento de libertação nacional.

Directamente ligado com este, podemos apontar um outro reflexo negativo das marcas da clandestinidade: uma certa rigidez na aplicação dos princípios, uma total falta de experiência e a ausência de tacto nas relações com as grandes massas, o que teve como consequência a desafeecção de simpatizantes ou a não aproximação de simpatizantes potenciais, que foram aproveitados pelos grupos oportunistas.

Foi com a chegada dos membros do CSL, vindos da Fretilib da Guiné, que se começou a pôr de pé a organização do Partido, nos moldes previstos nos Estatutos — esforço que, de resto, ainda prossegue. No entanto, como resultado de uma acção verdadeiramente dinâmica levada a cabo pelos quadros temperados na luta clandestina, já nessa ocasião (Agosto de 1974) o Partido estava presente em todas as ilhas, onde uma grande agitação política tinha permitido a criação de centenas de células em que se mobilizavam milhares de pessoas. E isso — impõe-se registá-lo —, apesar de muitas falhas e erros cometidos no trabalho de agitação, principalmente por ocasião de comícios em que, interpretando erradamente a linha de orientação da Direcção do Partido, alguns responsáveis deram origem, através de discursos por vezes marcados pela exaltação, a que espíritos pouco esclarecidos passassem a temer o Partido, indo solidarizar-se com traidores e oportunistas, no país ou no exílio.

Após a assinatura do Acordo de Lisboa (Dezembro de 1974), houve que pôr barreiras a uma forte busca de adesão oportunista ao Partido, o que, a permitir-se, teria dado origem a uma grande infiltração de elementos estranhos à nossa ideologia.

Foi nesse contexto que teve lugar a Reunião Alargada da Comissão Nacional de Cabo Verde — CNCV — (2 a 10 de Março de 1975), presidida pelo Secretário-Geral do Partido, em que se definiu quem era militante do PAIGC em Cabo Verde. Na mesma ocasião foram fixadas as condições e o processo de admissão no Partido, tendo-se, além disso, criado, nos quadros do Partido, «estruturas de acolhimento» para os chamados «simpatizantes organizados» (candidatos).

A Reunião Alargada, que debateu e fixou a tática a adoptar na nova fase da luta, debruçou-se sobre a generalidade dos problemas (políticos, económicos, sociais, etc., etc.) da actualidade do Arquipélago.

Tendo sublinhado a importância da implantação da nossa estrutura organizativa e a do trabalho ideológico como garantia da salvaguarda dos interesses do nosso povo, particularmente das massas trabalhadoras, a Reunião Alargada tomou importantes decisões no que se refere à organização do Partido.

Entre estas, destacamos as seguintes: 1. O alargamento da Comissão Nacional de Cabo Verde que, de 8, passou a ter 33 membros; 2. A criação, no seio da C.N.C.V., de um Secretariado Permanente de 5 membros e dos seguintes Departamentos: Organização e Ideologia, Secretaria e Coordenação, Defesa e Segurança, Relações Exteriores, Estudos, Planificação e Cooperação.

3. Na perspectiva próxima da independência, a Comissão Nacional de Cabo Verde criou, ainda, alguns «Departamentos Para-Estaduais» que funcionavam junto dos mais importantes serviços públicos.

4. A CNCV decidiu igualmente o reforço da acção política e ideológica com vista à consolidação das estruturas do Partido, em particular a nível local (da Região à base). Nessa acção, um papel importante caberia às organizações de massa — cuja criação foi também decidida —, «entendidas como estruturas de integração e participação nos objectivos da luta do Partido, o qual é «a garantia última da defesa dos verdadeiros e legítimos interesses das massas populares».

A Reunião Alargada da CNCV marca, sem dúvida, o abrir da nova fase da vida do nosso Partido em Cabo Verde. Foi ela a ocasião do necessário balanço da actividade anterior e da análise da experiência vivida, o que apontou fórmulas e processos e aconselhou a linha de acção que iria permitir o desenvolvimento harmonioso das nossas estruturas em Cabo Verde.

Como na Guiné, também em Cabo Verde as estruturas do Partido não são «estruturas acabadas». Além disso, sempre como na Guiné, o Partido conserva no Arquipélago características de movimento de massas, que ganhou na última fase da luta de libertação nacional.

Hoje, na nova fase que vivemos, a acção a desencadear-se no sentido do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da nossa organização supõe, pois, a resposta prévia a questões fundamentais da tática que devemos utilizar para a realização do objectivo fixado pelo Fundador e Militante n.º 1, Amílcar Cabral, e que ele exprimia nesta frase que transcrevemos dos seus escritos: «O nosso Partido talvez seja ainda, na realidade, um movimento. Mas o nosso trabalho tem de ser transformá-lo em Partido cada dia mais».

Dois anos de acção política aberta do Partido em Cabo Verde completam-se agora. No decurso deste período, o Partido estendeu a sua implantação a todo o território nacional, poucas sendo as localidades inóspitas e afastadas dos maiores centros populacionais onde, neste momento, não estão já implantadas estruturas organizativas do Partido. Mais de 1800 militantes e um número ainda maior de simpatizantes estão organizados em Comités do Partido, em grupos de simpatizantes, desenvolvendo também a sua actividade, no cumprimento das directrizes e palavras de ordem da Direcção Superior do Partido, no seio das FARP, das Milícias Populares, na actividade desenvolvida pelas Comissões organizadoras das organizações de massas (Juventude, Mulheres, Sindicatos), nas Cooperativas, nos Tribunais Populares e em comissões diversas, nomeadamente da acção social e do reordenamento agrário.

A estrutura nacional do Partido, no topo da qual se encontra, como dissemos, a Comissão Nacional de Cabo Verde, engloba cinco regiões (Ilha do Fogo, Santo Antão, S. Nicolau, Santiago e S. Vicente) e quatro sectores autónomos. À frente de cada Região, encontra-se uma direcção regional, enquanto nas restantes ilhas, a direcção das estruturas do Partido é assegurada por Comités de sector autónomos.

Nas Ilhas do Fogo, Santo Antão, S. Nicolau, Santiago e S. Vicente, as regiões dividem-se em sectores, num total de dezasseis. Os sectores, à frente dos quais existem Comités de sector, agrupam secções num total de 59, cuja actividade é coordenada por comités de secção. A secção engloba grupos de militantes que, em algumas secções, se agrupam em áreas. Actualmente existem, em todo o Arquipélago, 449 grupos.

Relatório do Secretário-Geral do PAIGC

camarada Aristides Pereira

Estrutura autenticamente representativa de todo nacional, o Partido engloba no seu seio elevada participação de trabalhadores assalariados (40%), de camponeses (cerca de 10%), de empregados e funcionários (cerca de 40%), de estudantes (cerca de 4%), de representantes de profissões diversas (pequenos comerciantes, domésticas, alfaiates, costureiras, etc.), que constituem a sua base social.

A prática sistemática de alienação da mulher da actividade social e política, herdada do colonialismo, reflecte-se, como uma realidade, nas estruturas do Partido, onde apenas cerca de 12% dos militantes são do sexo feminino, sendo a esse respeito notória a diferença entre as ilhas de predominância rural (Fogo, 2,5%, Santiago 9%, Santo Antão 10%), e as de predominância urbana (S. Vicente 30%, Sal 15% e Boa-Vista 22%).

Outro elemento de importância para um conhecimento da estrutura social do Partido é a sua distribuição por grupos de idade. A esse respeito cerca de 60% dos militantes têm idade inferior a 30 anos, cerca de 35% têm idade compreendida entre os 30 e os 50 anos e os restantes 5% têm idade superior a 50 anos, o que traduz, também, quer a representatividade do Partido, que o seu dinamismo e vitalidade.

Em Cabo Verde tem-se desenvolvido a experiência da criação de grupos do Partido nos locais de trabalho, públicos e privados. Trata-se de uma experiência que, estando prevista nos Estatutos do Partido, começou a praticar-se desde que se iniciou a fase da luta posterior à queda do Governo colonial-fascista português, e que beneficiou das qualidades organizativas ganhas pelos quadros no trabalho clandestino.

No processo que se desenrolou até a assinatura do Acordo de Dezembro de 1974, essa presença do Partido, em estruturas organizadas, nos locais de trabalho, teve uma influência decisiva. Ocorre aqui lembrar que a paralização do trabalho, em particular na Função Pública, em greves oportunas, foi uma das importantes armas de que se serviu o Partido e que, mostrando a nossa força ao inimigo interno e externo, o levaram a aceitar as justas posições defendidas pela nossa Direcção nas negociações de Lisboa.

Apesar da importância do papel que, como estes factos revelam, as estruturas do Partido nos locais de trabalho estão chamadas a ter em Cabo Verde, essa organização ainda não atingiu o nível desejado. As carências observadas vêm, justamente, da insuficiência da formação política e ideológica dos militantes em geral e, em particular, dos que, agindo nos serviços públicos, devem confrontar-se com elementos profundamente marcados pela ideologia pequeno-burguesa, muitas vezes com conotações de saudosismo colonialista.

Para fazer face a esta situação, vem-se dando uma atenção especial aos organismos de base nos locais de trabalho. Assim, para além das reuniões habituais, vêm-se realizando cursos de formação política e ideológica destinados aos funcionários públicos e aos trabalhadores de empresas. Por outro lado, encontra-se actualmente em estudo o projecto da criação de um curso nocturno de formação profissional para funcionários, no qual se incluíram, entre as matérias fundamentais, disciplinas de formação política e ideológica.

Com o mesmo objectivo de elevação do nível político e ideológico nos locais de trabalho — e da própria rentabilidade deste — foram criados, na Praia, a título experimental, «Grupos de Dinamização das Repartições» (GDR). Estruturas mais amplas do que os grupos (ou células) de mi-

litantes, a criação dos GDR veio permitir a existência de um quadro em que se organizam centenas de simpatizantes do Partido, os quais foram, assim, enquadrados e mobilizados numa actividade útil tanto do ponto de vista da rentabilidade do trabalho como no reforço da acção política e ideológica do Partido.

Além das aqui apontadas, outras insuficiências existem no aparelho do Partido, em Cabo Verde, que, sendo insuficiências próprias da fase actual de crescimento do «corpo vivo» e, portanto, em constante transformação, que é o Partido, também se verificam na Guiné. Poderíamos aqui referir, por exemplo, certas carências no processo de funcionamento, nomeadamente na ligação entre as estruturas no plano horizontal como no vertical; uma certa ausência da planificação do trabalho e do hábito de registo das actividades (actas, relatórios, etc.); a prioridade muitas vezes dada à discussão dos problemas do foro administrativo, com prejuízo do debate dos problemas mais especificamente partidários, quer no domínio da organização, como no político e ideológico; uma certa inatenção das instâncias superiores em relação à base.

Noutro lugar dissemos que, em Cabo Verde como na Guiné, não dispomos de «estruturas acabadas», apresentando o Partido, num e noutro país, características próprias do movimento de libertação. Se estas razões explicam, em parte, as carências apontadas neste capítulo, não é menos verdade que outras resultam do nível da formação política e ideológica dos nossos militantes, matéria de que trataremos mais adiante.

3. A nível Supra-nacional

Procurámos, nas páginas que precedem, dar a ideia do estado actual do desenvolvimento das estruturas do nosso Partido, nos diversos escalões de nível nacional. Procurando descrever o aparelho partidário na dinâmica da sua evolução desde os anos da luta de libertação, foi-nos, já, possível apontar algumas insuficiências nesse plano. Cumpre-nos agora observar de mais perto as suas instâncias supra-nacionais e os mecanismos que as servem.

Antes, porém, queremos exprimir a convicção de que alterações, mesmo quantitativas, a esse nível, exigem um estudo aprofundado e a consideração de factores de ordem política, de eficácia e outros, que impõem o amadurecimento das decisões. Por isso mesmo, embora o CSL pudesse — como no passado e revolucionariamente — alterar o que a respeito dos órgãos supra-nacionais se estabelece nos Estatutos, somos de parecer que se deve deixar essa tarefa ao próximo Congresso — o III —, o qual reunirá, seguramente, num futuro próximo.

A proposta da criação do CSL e do CEL, em substituição dos antigos Comité Central e Bureau Político do Partido, era justificado pelo saudoso camarada Amílcar Cabral com a necessidade de alargamento da Direcção do Partido (Partido-Estado) afim de nela incluir responsáveis que, de facto, exerciam funções dirigentes — nos planos político-militar e político-administrativos — nas várias frentes de luta.

Essa solução, que era exigida pelos condicionamentos da guerra que então vivíamos, tinha, ainda, a vantagem de permitir a admissão na Direcção do Partido de alguns responsáveis vindos dos escalões inferiores, a que se dava, assim, a possibilidade real de revelar qualidades de dirigente que eventualmente possuísem.

As razões que então determinaram a alteração introduzida na composição da

Direcção Superior do Partido fazem-se hoje sentir de novo, tanto na Guiné como em Cabo Verde, exigindo a revisão da composição dos órgãos dirigentes, de acordo com o princípio do exercício de facto de funções de direcção no aparelho do Partido e dos Estados.

Impõe-se, além disso, que o III Congresso tome decisões com vista a garantir uma representação equilibrada dos nossos dois países nos órgãos supra-nacionais, tendo em conta as tarefas actuais do Partido nos dois Estados e, em particular, a nova situação de paz na Guiné e a forte implantação actual das estruturas partidárias em Cabo Verde.

Trata-se ainda, afinal, da necessidade de fazer evoluir as nossas estruturas de acordo com a realidade que vivemos em cada momento e dentro da qual vamos prosseguir a luta em que nos mobilizámos, pela construção da Unidade e do progresso da Guiné e Cabo Verde.

A carência de um órgão de decisão, de nível nacional, na Guiné — facto de que tratámos noutro lugar —, tem levado, por vezes, à realização de reuniões de membros do CSL ou do CEL em missão nessa frente, reuniões, por vezes, impropriamente designadas de reuniões dos referidos órgãos supra-nacionais. A realidade, porém, é que, como no tempo da luta armada, o CSL têm observado a frequência estatutária de uma reunião ordinária anual.

Se tal situação não trouxe inconvenientes de maior, o mesmo já não poderá dizer-se da raridade, que se pode constatar, das reuniões do CEL, as quais, a terem-se realizado com maior frequência, poderiam ter evitado alguma descoordenação na actividade dos dois ramos nacionais do nosso Partido e na dos Governos e, certamente, teriam imprimido um ritmo mais acelerado aos passos que estamos a dar no sentido da construção da Unidade, de acordo com o Programa Maior do nosso Partido.

Noutro lugar referimos os efeitos que a ausência prolongada, de Bissau, do Secretário-Geral do Partido, que acumula as funções de Presidente da República de Cabo Verde, não deixaram de ter sobre o avanço do trabalho partidário na Guiné, particularmente porque a estrutura criada para essa nova situação — a Comissão de Organização — não funcionou convenientemente.

A nível supra-nacional, porém, pode dizer-se que os inconvenientes principais da ausência do nosso primeiro dirigente da sede do Secretariado Geral do Partido vieram do facto de não ter ele disposto, como instrumento auxiliar da sua acção, de um aparelho de execução eficaz — de um verdadeiro Secretariado —, servido por quadros dirigentes com aptidão para tarefas desse tipo e que a estas se dedicassem exclusivamente.

Pensamos que, apesar das nossas graves limitações em matéria de quadros, devemos fazer um esforço, na nova fase que se abre, para afectar ao serviço exclusivo do Partido — a nível do Secretariado-Geral — pelo menos um quadro que, além das qualidades gerais exigíveis aos membros da Direcção Superior, revele inegável aptidão organizativa e a capacidade e autoridade necessárias para agir eficazmente no plano supra-nacional. A ele caberia, nomeadamente, presidir um organismo de coordenação que reunisse, a nível do Secretariado-Geral, os Departamentos de Organização e Controle do Partido nos dois países, dando-se assim, a esse Secretariado-Geral, a sua verdadeira dimensão de órgão supra-nacional e os mecanismos sem os quais não é possível ao Secretário-Geral exercer eficazmente as suas funções.

4. A nível do exterior

Com vista à realização do seu Programa, e com base no que neste se estabelece, o nosso Partido, durante a luta de libertação nacional, fez também um esforço com vista a mobilizar as energias do nosso povo nos meios da emigração, tanto guineense como caboverdiano. Para este efeito, o Partido exerceu uma actividade nos meios emigrados, tendo criado ou encorajado a constituição de Comité de Acção nos principais meios de emigração, nomeadamente em Dakar, Abidjan, Rotherdam, nos Estados Unidos e em França. Também se constituíram grupos de simpatizantes do Partido na Argentina e no Brasil.

Os Comités de Acção do Partido tiveram um papel importante nos meios emigrados, embora nuns mais do que outros. Tiveram, principalmente, o grande mérito de manter presente a chama do nacionalismo em terrenos em que a propaganda colonialista, através da utilização de importantes meios, procurava destruir a imagem do nosso Partido e da luta, tentando mobilizar contra nós a grande massa dos emigrados.

A acção de agitação e propaganda dos referidos comités não se limitou, de resto, ao país em que tinham a sua sede, estendendo-se, muitas vezes, a outras comunidades. É o caso, por exemplo, do Comité de Acção da Holanda que chegou a manter uma revista largamente difundida, tanto em outras comunidades da emigração, como no interior de Cabo Verde. A grande difusão que chegou a alcançar em Cabo Verde a documentação do Partido não foi estranha à actividade de alguns dos Comités de Acção mais activos que, através de contactos pessoais, chegaram a colocar no Arquipélago um considerável material de propaganda.

Em Portugal as estruturas do Partido eram de natureza diferente. Tratava-se aí de grupos ou células clandestinas, de militantes, que actuavam não somente no seio dos estudantes mas também na massa trabalhadora emigrada. É de destacar que, aquando da queda do Governo colonial fascista de Caetano, em 1974, o Partido tinha, em Portugal, mobilizado nas suas células, mais de uma centena de militantes da Guiné e Cabo Verde. A frente dessa estrutura existia um Comité Coordenador que se mantinha em ligação com a Direcção do Partido e com as estruturas clandestinas em Cabo Verde.

Pode dizer-se que as células clandestinas de Portugal foram um importante viveiro de quadros, tendo nelas militado elementos que haviam de tomar parte quer na luta armada, na Guiné, quer na luta clandestina, em Cabo Verde.

Não se pode falar de acção política-organizativa do Partido no exterior sem se referir às Secções dos Estudantes do Partido (SEP), as quais tiveram um importantíssimo papel no enquadramento dos nossos jovens em formação nos países amigos.

Reconhecendo embora a grande importância do papel desempenhado pelas SEP's durante a luta, impõe-se, na nova fase da nossa vida, determinar a melhor modalidade de organização no exterior para a nossa massa estudantil. Isso porque, na fase actual, não sendo os bolseiros dos nossos Estados necessariamente militantes do Partido, não se justifica que continuemos a considerar Secção dos Estudantes do Partido, as estruturas de enquadramento da totalidade da massa estudantil em determinado país. Trata-se de uma questão em aberto para a qual urge que encontremos uma solução.

confusão, que tal declaração não foi recomendada pelos Não-Alinhados: foi o embargo de petróleo à França e a Israel.

Os países do terceiro mundo ficaram chocados pela posição assumida pela França em relação ao problema da central nuclear que levará África do Sul a ter a bomba atômica, o que constitui uma ameaça para o continente africano. Por essa razão consta tal embargo na declaração política, embora não devemos pôr de parte a actividade de outros países cujas posições reforçam o regime de «apartheid» na África do Sul, que é contrário a todas as resoluções da ONU de que esses países são membros e apoiam, mas continuam a tratar com a África do Sul, inclusivamente na venda de armas.

Qual foi a posição defendida pelo nosso país acerca da admissão de novos membros no movimento, alguns como observadores ou convidados?

«A Filipina pediu para ser admitida como observadora, mas só foi aceita como simples convidada, porque ela não preenche aquelas condições exigidas pelo Movimento para a entrada nele porque este país ainda mantém um pacto com os Estados Unidos da América que possuem bases ali. Eles têm tentado acabar com essas bases, mas ainda subsistem embora tenham reduzido. Os anos de permanência das bases. De maneira que era difícil que a conferência aceitasse as Filipinas como membro ou mesmo como observadora.

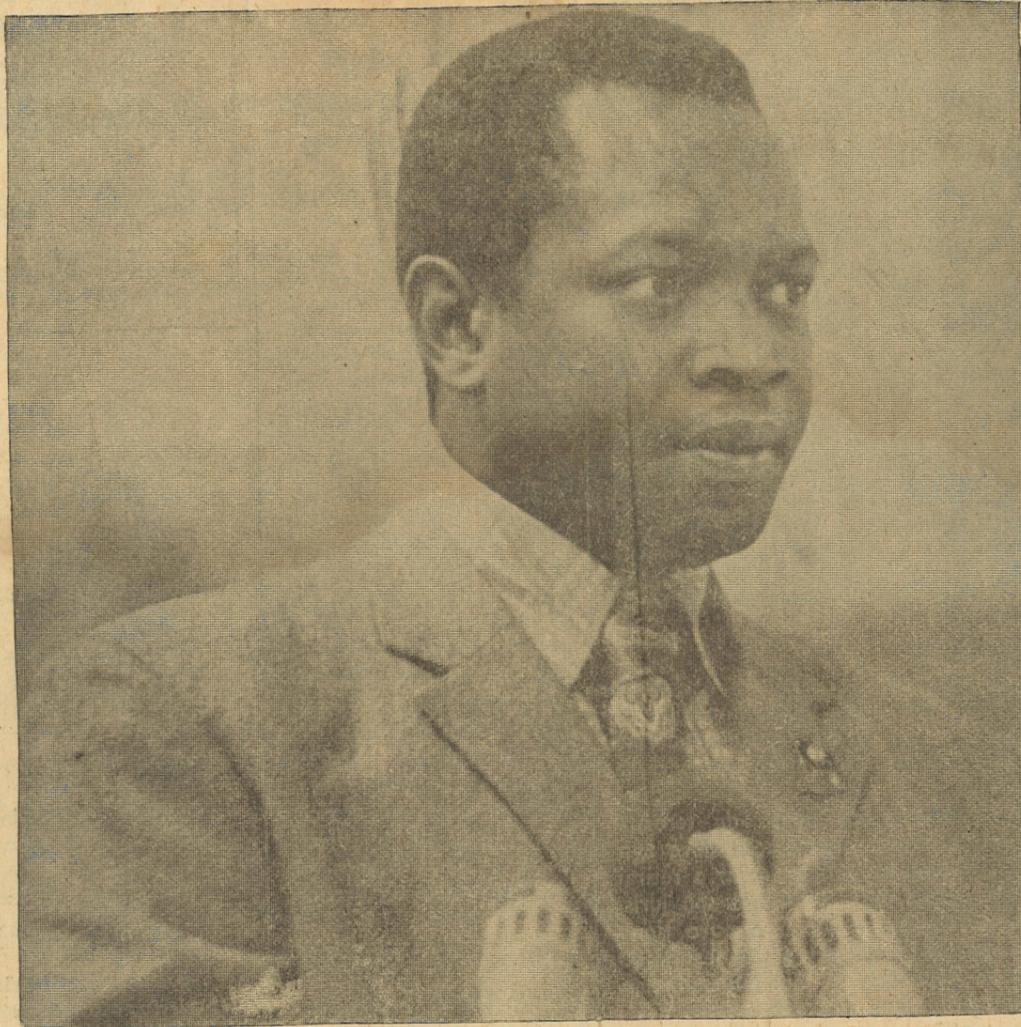
Na mesma situação se encontra Portugal que pediu apenas para ser aceite como simples convidado como já tinha acontecido na última reunião de Peru. O mesmo para a Roménia que participou como convidada de honra na conferência, a Maldivia, um país sem bases pediu também, mas o seu pedido deve passar pelo menos pelo gabinete de coordenação, que deverá tomar a decisão que depois será submetida ao conselho de ministros e cimeira de chefes de Estado».

Como não podia deixar de ser, os Não-Alinhados debruçaram-se sobre o problema do Médio-Oriente, em particular ao do Líbano, onde os patriotas libaneses e a resistência palestina defrontam uma guerra urdida pelo imperialismo. Qual a resolução tomada pela cimeira sobre este país? E a posição da Guiné-Bissau?

«A situação no Líbano preocupa o Movimento Não-Alinhado, porque o Líbano é um país membro. Há já um ano e tal que tem problemas, de maneira que a conferência exigiu a retirada de todas as forças estrangeiras no país, para deixar os libaneses resolverem o seu problema sem interferência externas. Essa foi a posição da Guiné-Bissau e dissemos também que temos que respeitar o apoio que até aqui se tem dado a OLP e não aceitamos que nenhum país tome posições de liquidação contra o movimento palestino. Somos por uma resolução pacífica do conflito libanês, sem ingerência de forças estrangeiras».

Como o camarada comissário dos Negócios Estrangeiros vê os resultados da quinta conferência cimeira dos Não-Alinhados em Colombo?

«A quinta conferência teve quanto a nós um resultado bastante positivo. Podemos até dizer que houve em Colombo uma coesão dos países membros em torno dos seus interesses, e o governo de Sri Lanka organizou a conferência de tal maneira que contribuiu bastante para o seu sucesso total. Os países Não-Alinhados conseguiram reforçar o Movimento dos Não-Alinhados, porque preocupou-se muito, ao longo da conferência com a maneira de consolidar o movimento e de estar vigilante perante todas as manobras do imperialismo para enfraquecer o movimento».



Comissário — Principal Francisco Mendes

A nossa quinta cimeira é a soma de varios anos de luta dos povos de Terceiro Mundo

A nossa quinta cimeira, soma de vários anos de luta, de trabalho e de abnegação dos povos do Terceiro-Mundo, constitui hoje um grande motivo de orgulho e de nobreza para todos os povos amantes da paz e do progresso. Esta conferência marcará com um sinal inapagável novos passos na execução dos objectos que nos propusemos.

Querida, em nome do nosso povo e do Conselho dos Comissários de Estado da República da Guiné-Bissau, saudar e felicitar o povo Cingalês e o Governo do Sri Lanka pelo alto nível de preparação dos trabalhos e pelo acolhimento tão caloroso e fraternal que nos foi reservado desde a nossa chegada a esta bela capital tão hospitaleira.

À senhora Srimavo Bandaranaike, Primeiro-Ministro do Sri Lanka, figura muito conhecida pela sua capacidade e sua dedicação à causa dos povos oprimidos e a felicidade da humanidade, e que tem o privilégio de presidir aos destinos da nossa Organização durante os três próximos anos, dirigimos as nossas sinceras felicitações e formulamos os votos mais calorosos de saúde e de sucesso no cumprimento desta pesada tarefa que lhe acabou de ser confiada. Estamos convencidos que sob o vosso mandato, a nossa organização conhecerá brilhantes vitórias nos domínios da paz e do progresso social, para uma nova ordem económica mundial.

Senhora Presidente,

Ao vosso predecessor, nosso irmão e companheiro de luta, Sua Excelência Houari Boumediene, cujo povo, por milhares de mártires, fecundou as independências em África a esse infatigável combatente que poupou nenhum sacrifício na

luta tão difícil contra o colonialismo, o neo-colonialismo, o racismo, o «apartheid» e o sionismo dirigimos-lhe as nossas calorosas felicitações desejando-lhe os votos de sucessos contínuos na sua carreira de homem de Estado, de saúde e de longevidade ao serviço do povo irmão argelino.

A todas as delegações altamente representadas nesta quinta cimeira e particularmente aos nossos irmãos dos movimentos de libertação dirigimos as nossas calorosas felicitações. Felicitamos igualmente todos os países e organizações que acabam de ser admitidos na nossa grande família como membros de pleno direito ou a título de observador. A sua presença virá sem dúvida nenhuma, reforçar a nossa organização e dar-lhe-á um novo alento na batalha pela libertação dos nossos continentes de toda a forma de dominação estrangeira.

Senhora Presidente,

Senhores Chefes de Estado e de Governo, Senhores chefes de delegação, Senhoras e Senhores.

A participação maciça dos países do terceiro mundo na política do não-alinhamento desde a histórica cimeira de Argel, prova indiscutivelmente que um novo ímpeto foi dado ao nosso movimento.

O desenvolvimento da técnica e da ciência provocou um afastamento considerável entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento. Esta situação que de facto deteriora as relações entre os países desenvolvidos e os países produtores de matérias primas levou-nos a tomar consciência das nossas responsabilidades nas relações económicas internacionais até agora favoráveis aos adversários do progresso social dos povos do terceiro mundo.

Portanto é inteiramente natural que a política do não-alinhamento constitua hoje o fundamento ideológico da quase totalidade dos povos e dos países que encontram nela a via para a materialização das suas aspirações e a muralha para a defesa dos seus interesses nacionais na batalha para a independência e o desenvolvimento ao serviço do progresso económico e social, da paz e a igualdade nas relações internacionais.

Se fizermos uma retrospectiva das actividades do nosso movimento dos não-alinhados desde Belgrado e, particularmente desde Setembro de 1973 em Argel, chegaremos à conclusão de que apesar de alguns problemas que ainda subsistem, o balanço é largamente positivo.

Profundas mudanças se operaram nas relações internacionais entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. A iniciativa da Argélia, a sexta sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as matérias primas e desenvolvimento criou, sem dúvida, uma nova orientação com vista a relações de tipo novo nos contactos económicos internacionais.

A quarta CNUCED realizada em Nairobi e a Conferência dos países em vias de desenvolvimento sobre as matérias primas realizada em Dakar, em Fevereiro de 1975, lançaram não só as bases concretas para a realização de todas as resoluções tomadas pela sexta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mas contribuíram ainda largamente para a tomada de consciência das realidades

com que confortamos.

Se é verdade que o Movimento Não-Alinhamento obteve vitórias no processo de libertação da África, na Ásia e na América Latina, a situação internacional não permanece menos explosiva em vários locais do globo onde os povos ainda devem fazer face a meroas manobras do imperialismo para bloquear o processo de libertação política, económica, social e cultural. Perante esta situação, impunha uma análise aprofundada a fim de se poder encontrar uma linha que conduza à vitória dos nossos povos.

Senhora Presidente,

Como dizia o nosso lamentado Secretário Geral, fundador do nosso Partido e da nossa nacionalidade, Amílcar Cabral, embora participando na política do Não-Alinhamento, devemos ser e continuar alinhados com as aspirações fundamentais dos nossos próprios povos. «Devemos ser capazes de tomar sem equívocos — qualquer posição que visa servir a dignidade, a emancipação e o progresso dos povos».

Eis porque, Senhora Presidente, a República da Guiné-Bissau, inspirada pela Carta do Não-Alinhamento, sente-se directamente afectada pelos acontecimentos que se desenrolam na África do Sul, na Namíbia e no Zimbábue onde os racistas Vorster e Ian Smith, beneficiando do apoio crescente dos imperialistas, desprezando diferentes resoluções adoptadas pela nossa organização e pelas Nações Unidas a violar as normas mais elementares do direito dos povos dispõem de si próprios.

(Continua na página seguinte)



(Continuação das Centrais)

Estamos profundamente convencidos que só a luta encarnizada e um apoio crescente aos movimentos de libertação poderão dissuadir os racistas de Pretória e de Salisbúria. Reafirmamos aqui todo o apoio aos nossos irmãos e companheiros de armas de sempre da África do Sul, da Namíbia e do Zimbábue e condenamos, sem reserva, o «apartheid» e o racismo praticados nestes países.

Senhora Presidente, Uma outra situação preocupante para os povos africanos e todos os povos amantes da paz e da justiça é a do Sahara Ocidental. Este problema deve reter a nossa atenção a fim de que tomemos medidas, antes que seja demasiado tarde. O povo sahariano que conheceu longos anos de dominação espanhola, na aurora da libertação total do nosso continente, viu-se, pelo acordo de Madrid, impedido de exercer livremente o seu direito à autodeterminação e à independência, conforme o espírito e a Carta das Nações Unidas. Na sua luta heroica contra as intervenções estrangeiras, nós asseguramos-lhe a nossa solidariedade e nosso apoio sem reservas até à libertação total da sua pátria.

O Médio-Oriente, onde a situação não pára de se agravar por causa da teimosia de Israel em ocupar ilegalmente os territórios árabes e em manter o povo palestino fora das suas fronteiras, constitui um problema não menos preocupante para os povos da região.

A degradação da situação no Médio-Oriente continua a constituir um grande perigo para a paz e para a segurança internacionais. O Líbano, Estado soberano e independente membro da nossa Conferência é hoje teatro de violentas batalhas. A existência do próprio Líbano está seriamente ameaçada, a nossa presente conferência deve exercer todo o seu poder e usar toda a sua influência a fim de que cessem as intervenções militares neste país.

Mas a verdadeira solução do conflito no Médio Oriente reside neste facto: Israel deverá conformar-se com as diferentes resoluções das Nações Unidas e da nossa organização; por consequência, deve retirar-se incondicionalmente dos territórios árabes ocupados e reconhecer os direitos nacionais do povo palestino.

Nestes momentos difíceis que atravessam os nossos irmãos árabes, afirmamos-lhes a nossa solidariedade e o nosso apoio total na sua justa causa.

Senhora Presidente, Um outro problema que afecta o continente asiático, e sobre o qual se deve debruçar seriamente a nossa organização, é a situação que prevalece neste momento em Timor-Leste. Trata-se do futuro de um povo que conheceu a dominação colonial portuguesa como nós, e que sempre manifestou o desejo de aceder ao exercício da soberania internacional. De-

pois da queda do fascismo em Portugal, o povo de Timor-Leste viu-se impedido de exercer o seu direito à independência, devido a uma intervenção armada da Indonésia.

No interesse dos povos de terceiro mundo, a nossa organização deve agir sobre a Indonésia para a forçar a retirar as suas tropas deste território sob jurisdição portuguesa e deixar o povo timorense decidir livremente o seu destino. O povo da República da Guiné-Bissau, nesta dura prova que atravessa o povo timorense reafirma toda a solidariedade à Frente de Libertação de Timor Leste e assegura-lhe o seu apoio até à libertação total da sua pátria usurpada.

Senhora Presidente, O problema cipriota reveste-se também de um carácter preocupante. Consideramos que em Chipre como noutros pontos do nosso planeta, a tensão e o conflito são essencialmente devidos a ingerência das forças estrangeiras nos assuntos internos do país. Por este motivo, é necessário, para a normalização da situação, que todas as forças estrangeiras respeitem as resoluções da Assembleia Geral do Conselho de Segurança e se abstenham de se ingerir nos assuntos internos da ilha. O povo cipriota deve ser livre de determinar o seu destino, de preservar a sua soberania e a integridade do seu país. Por este motivo, todas as forças estrangeiras devem partir da ilha a fim de se estabelecer uma atmosfera favorável à normalização.

Aos nossos irmãos de combate do Vietname, do Cambodja e do Laos que, durante decénios tiveram que defrontar a poderosa máquina de guerra do imperialismo, nós dirigimo-lhes todas as nossas felicitações e desejamos-lhes os melhores votos de sucesso e de progresso na edificação dos seus países.

Senhora Presidente, Se podemos felicitar-nos pelos êxitos obtidos sobre o imperialismo na península indochinesa, continuamos preocupados pelo problema da Coreia que se encontra artificialmente dividida. Os esforços de paz da República Democrática Popular da Coreia chocam sempre com enormes obstáculos dos dirigentes de Seull, razão pela qual a República da Guiné-Bissau apoia a República Democrática Popular da Coreia na sua luta pela reunificação pacífica do país.

Senhora Presidente, Convencidos de que a roda da história não gira em sentido contrário, depositamos confiança na organização e na capacidade dos povos de se libertarem de qualquer forma de dominação.

Formulamos, para terminar, a esperança que os resultados desta quinta cimeira dos Não-Alinhados possa responder positivamente às aspirações dos nossos povos.

Agradecemos-vos pela vossa atenção.

OIO:

Actividades para as festas De Setembro

Os responsáveis políticos de Jugudul, no sector de Mansoa, discutiram alguns aspectos das comemorações do XX aniversário do PAIGC. Anteontem participaram numa reunião dirigida pelo Comissário local, Amâncio Landim, na qual foi comentado o trabalho político e a vigilância nas tabancas.

Também em Farim estão a ser desenvolvidas actividades para a preparação das festas de Setembro. Por esse motivo, o chefe da secretaria do Comité de Estado da região de Oio, Higinio Lopes Cardoso, esteve em Mansabá, Mansoa, Nhacra e Bissorã. Foi distribuir bilhetes de lotaria, rifas e recolher a quota especial do PAIGC, com o objectivo de recolher fundos para o aniversário do Partido.

ANUNCIOS

Vende-se

Casa de adobe coberta de zinco, no bairro de Missirá. Os interessados devem contactar com Francisco Mamadú Quebé, no montepio das Alfândegas, nos dias úteis, das 8h às 12h 30min, e das 15h às 18h.

Perdeu-se

Uma carteira contendo vários documentos: certidão de nascimento, n.º 38, diploma de 5.º ano Árabe-Francês, n.º 001475, bilhete de identidade nacional, n.º 145 e dois mil pesos em dinheiro, pertencentes a Hamadi Ould Mohamed El Moctar. Agradece-se a quem os encontrar o favor de entregar na Radiodifusão Nacional ou na Polícia e Ordem Pública.

Vende-se

Recheio de casa constituída por várias peças em madeira e fórmica. Tudo em bom estado de conservação. Os interessados devem contactar com Nicolau Dias, junto a Alfândega de Bissau ou pelo telefone 3293.

Aviso

A firma Barbosas e Comandita com a sede em Bissau, comunica que cessou todas as actividades. Pede também a todos os devedores o favor de procederem a liquidação dos seus débitos nos armazéns do povo, secção de contabilidade.

Aviso

O Comité do bairro de Setembro, deu início no passado dia 28 (sábado) ao recenseamento do referido bairro. Roga-se a todos os moradores a darem o melhor acolhimento às brigadas encarregadas dessa operação. O bairro compreende as Avenidas: Osvaldo Vieira, Unidade Africana, Pansau Na Isna, Eduardo Mondelane e 3 de Agosto.

NO PINTCHA

Trisemanário do Commissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados. Serviço Informação das Agências; AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina. Redacção, Administração e Oficinas. Avenida do Brasil. Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726 Assinaturas — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde Um ano ... 400,00 Seis meses ... 250,00 Outros Países Africanos e Portugal. Um ano ... 500,00 Seis meses ... 300,00 Serviços de Distribuição e Vendas do «NO PINTCHA» — Caixa Postal, 154.

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702. AMANHÃ — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867

Bombeiros — 2222

POLÍCIA: 1.ª Esquadra — 3333 ÷ 2.ª Esquadra — 3444

CORREIOS: — Informações 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto 3001/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 3002 — Air Argelie 3775/7

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:

Águas e Electricidade 2411 — (das 7 h. às 17 h.)

Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16 h. às 24 h.)

Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

TERÇA-FEIRA — Primeiro período de emissão

5h 55min. — Abertura; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10 min — Programa em Manjaco; 7h — Noticiário/Português e Criúlo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h — Encerramento.

Segundo período de emissão

11h 55min — Abertura; 12h — Canções Fula; 12h 20min — Seleção Musical; 13h — Música Criúla; 13h 15min — Noticiário/Português e Criúlo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua Obra/Criúlo; 13h 45 min — Programa da JAAC; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão

16h 55 min — Abertura; 17h — Noticiário/Português e Criúlo e Línguas 18h 45 min — Agenda do dia; 19h — Dus corpo um corsón; 20h — Noticiário/Português e Criúlo; 20h 30min — Prevenção Rodoviária/Português; 21h — Actualidades Sonoras 22h — Na mundo di disporto; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

QUARTA-FEIRA — Primeiro período de emissão

5h 55min — Abertura; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em biáfada; 7h — Noticiário/Português e Criúlo; — Actualidades Sonoras (repetição); 8h — Encerramento.

Segundo período de emissão

11h. 55min. — Abertura; — 12h. — Canções em Papel; 12h 20min — Seleção Musical; 13h — Música Criúla; 13h 15min — Noticiário/Português e Criúlo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a sua obra (Português); 13h 45 min — Ano um de organização; 15h — Encerramento.

Terceiro período de emissão

16h 55min — Abertura; 17h — Noticiário/Português e Criúlo; 18h 45 min — Agenda do dia; 19h — Anòs i nó saúdi; 20h — Noticiário/Português e Criúlo; 20h 30min — Elevemos o nível dos nossos conhecimentos; 21h — Actualidades Sonoras; 22h — Fala di África; 23h — Tempos Novos; 24h — Encerramento.

CINEMA

HOJE — Às 18h 30min. «Um certo verão», realização de Claude Waaphan com David Essex, Rosemary Leach, Ringo Starr e Billy Fury — m/13 anos. Às 20h 45min. «A viúva Coudrec», realização de Pierre Granier com Alain Dellon e Simone Signoret — m/18 anos. AMANHÃ — Às 20h 45 min. «A viúva Coudrec», realização de Pierre Granier com Alain Dellon e Simone Signoret — m/18 anos.

Nacionalista rodesiano preso na África do Sul

LUSAKA (AFP) — A África do Sul detém um eminente nacionalista rodesiano, Edson Shitole, na prisão de alta vigilância da ilha de Robben, perto da Cidade do Cabo, afirmou numa declaração citada no sábado passado pelo «Times Of Zambia», o bispo Abel Muzorewa, exilado voluntário e líder do ANC (Conselho Nacional Africano).

Edson Shitole e sua secretária Miriam Mhlanga tinham misteriosamente desaparecido em Outubro de 1975 diante de um hotel de Salisbúria. Pensou-se então que tivessem sido raptados. O Conselho Nacional Africano acusou diversas vezes a polícia rodesiana de os ter raptado. Edson Shitole, era responsável da Informação da facção Muzorewa do ANC.

Prosseguem as diligências para o "Plano de Paz" no Líbano

285 mortos e 373 feridos durante o fim-de-semana

8 mil refugiados no Sul do país

BEIRUTE (AFP) — Depois de violentos combates que causaram, no sábado passado, 160 mortos, 200 feridos, a situação apaziguou-se um pouco tanto em Beirute como na montanha libanesa.

Paralelamente, notou-se uma intensa actividade diplomática em Damasco e Cairo, enquanto prosseguem as diligências sobre o «plano de paz» proposto conjuntamente por Hassan Sabri El Kholi, emissário da Liga Árabe, e o general Mohammad Hassan Al Ghoneim, chefe dos «capacetes verdes» da for-

ça da paz árabe no Líbano. Os dois deixaram Beirute anteontem com destino a Damasco e Cairo. Na primeira capital, El Kholi vai tentar novamente amenizar as relações sírio-palestinas.

De facto, actualmente é sobretudo em Damasco que se encontra situado o centro de interesse da crise libanesa. Nos próximos dias a maioria das personalidades libanesas irão conversar com o chefe de Estado sírio, o general Hafez El Assad.

Ligeiros em Beirute, mais violentos no norte (Tripoli) e na montanha, os confrontos e duelos de metralhadoras pesadas e de artilharia continuaram na noite de do-

mingo para ontem. A «Voz do Líbano» (falangista) assinalou que 25 ônibus caíram sobre o sector de Saifi (próximo do porto) em Beirute causando apenas prejuízos materiais. Durante os confrontos no centro da cidade, os adversários utilizaram canhões de DCA. No arredor sul, Chiah e Kfarchima, as baterias de morteiros entraram em acção.

Nas frentes da montanha, Kahale e Aley travaram-se duelos de artilharia pesada e as posições conservadoras no Bosque de Bolonha (25 quilómetros a nordeste da capital) foram bombardeadas pelas forças palestino-progressistas.

A «Voz da Palestina» noticiou um bombardeamento por intermitência da cidade de Tripoli, no norte do país. Ela acrescentou que as forças comuns palestino-progressistas destruíram dois veículos militares dos isolacionistas (conservadores) em Majdlaya a três quilómetros de Tripoli — matando ou ferindo os seus ocupantes. Quanto a frente de Jezzine (cerca de 20 quilómetros a este de Saida no sul do país), «Voz do Líbano» assinalou «concentrações de tropas apesar da calma que reina neste sector». Depois de um balanço oficioso, os combates do domingo passado fizeram 125 mortos e 173 feridos.

ONU: Impasse na conferência dos Direitos do Mar

NOVA-YORK (AFP) — A 5.ª sessão da conferência sobre o Direito do Mar encontra-se num impasse. Foi o que indicaram na sexta-feira passada em Nova-York duas personalidades importantes do grupo dos 52 países sem litoral e geograficamente em desvantagem. M. T. Koh, embaixador de Singapura, e Karl Wolf, representante da Áustria.

O embaixador de Singapura declarou durante

uma conferência de imprensa que os países costeiros tinham endurecido a sua atitude «negativa» a respeito da divisão dos recursos na zona económica de 200 milhas e que, nestas condições, mais de um terço dos países membros da conferência se recusariam a assinar o tratado. Koh acusou os Estados costeiros em geral de «apresentarem medidas unilaterais como se elas fossem legítimas e respeitáveis».

O III congresso da F. Polisario esta a decorrer no Sahara

ARGEL (AFP) — O terceiro Congresso da Frente Polisario está a decorrer no Sahara Ocidental num lugar não determinado — na presença de representantes do povo sahariano, de cerca de 40 delegações estrangeiras e de uma centena de jornalistas da imprensa internacional. Este terceiro Congresso foi aberto por Mahfoud Laroussi, Secretário Geral Interino — que sucedeu há dois meses a Saïed El Quali, morto em Julho passado. A palavra de

ordem deste Congresso é «nem estabilidade nem paz antes do regresso ao território e à independência» do Sahara Ocidental.

Laroussi declarou nesta ocasião que o Congresso constituía «uma etapa decisiva e histórica da luta do povo sahariano» que, «nunca conheceu semelhante vontade de exterminação contra ele, apesar de cerca de um século de colonização espanhola».

O Secretário Geral Interino denunciou «a ali-

ança forçada de algumas forças com o regime de Rabat que não hesita em impelir milhares de marroquinos para matarem os seus irmãos no Sahara». «A responsabilidade total desta guerra (no Sahara) incumbe aos dirigentes actuais de Rabat» sublinhando que tudo isto não poderá impedir que os povos marroquinos e saharianos de se unirem na sua luta contra este regime que continua a fazer sofrer o povo marroquino.

O Vietname na reunião de Colombo

HANOI (TASS) — O Comité Permanente da Assembleia Nacional da República Socialista do Vietname reuniu-se em sessão ordinária. O comité ouviu o relatório de actividade da comissão de elaboração da Constituição do país.

Nguyen Co That, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros fez uma comunicação sobre a conferência dos países não alinhados. O Comité Permanente da Assembleia Nacional aprovou o balanço da conferência em Colombo e a actividade eficaz da delegação da RSV nesta conferência.

Politico sul-coreano condenado

TOQUIO (AFP) — O líder da organização da oposição democrática sul-coreana Kim Dae Jung foi condenado no sábado passado em Seul a oito anos de prisão por violação dos decretos de urgência presidenciais. A acusação tinha pedido dez anos de prisão para o antigo candidato às eleições presidenciais que, com 17 co-ínculpados, era por outro lado acusado de ter pedido a demissão do presidente Park Chung Hee numa «proclamação» sobre a salvação nacional e a democracia.

Os outros inculcados, entre os quais se encontrava o antigo presidente Yun Bo Sun, foram também reconhecidos culpados pelo tribuna-

NKomo acusa o Ocidente

BAGDAGUE (AFP) — O líder do Conselho Nacional Africano (ANC) rodesiano Joshua Nkomo acusou na quinta-feira passada a França, os Estados Unidos, Grã-Bretanha, a RFA e Israel de ajudarem «o regime racista de Ian Smith na Rodésia». Nkomo que se encontrava no Iraque, sublinhou as relações privilegiadas que mantêm, segundo ele, Israel, a África do Sul e Rodésia e declarou que existia nestes dois países numerosos mercenários israelitas.

«A luta dos povos rodesiano e sul-africano, e a luta dos palestinianos é a mesma», Nkomo precisou que seu movimento não tinha intenção de formar um governo provisório e desmentiu a existência de tendências interior do ANC, «único representante do povo do Zimbábue».

«A guerra não será mu longa e a presença de africanos no governo branco Rodésia não muda nada a situação».

Dar-es-Salam Estudantes Sul-africano

DAR-ES-SALAM (AFP) — O diário governamental tanzaniano «Daily News» anunciou no sábado passado que cinco alunos sul-africanos que participaram nos tumultos de Soweto chegaram a Dar-es-Salam na semana passada.

Um deles, Ernest Ahams Bikki, 15 anos, declarou, segundo o jornal, que eles tinham deixado a África do Sul porque estavam «distraídos de morte de Vorster». O jovem aluno, evocando os tumultos de Soweto, afirmou que «a polícia disparou sobre todos os africanos». Durante as manifestações de 16 e 28 de Junho, 300 pessoas foram mortas e feridas.

Tulinane Embula (SWAPO): "Existe um exército nacional que opera no interior da Namíbia"

NOVA-YORK — O representante da Swapo Tulinane Embula, declarou na quinta-feira passada durante uma sessão solene do Conselho da Namíbia por ocasião do «Dia da Namíbia» que «existe um exército nacional namibio» de boas dimensões operando em diversos sectores do território e projectando actuar brevemente na zona sul. A África do Sul possui efectivos de ocupação de mais de 50 mil homens, mas eles estão retidos e espalhados à volta das cidades e das

principais instalações como as estações de energia eléctrica, disse Embula.

As forças nacionalistas escolhem os seus objectivos com cuidado e a sua ofensiva armada não foi ainda desencadeada com toda a sua capacidade, disse ainda o representante da Swapo que pediu os governos e organizações amigos para estarem prontos para ajudar os namibios no momento exacto.

Falando em nome do grupo dos países africanos na ONU, Henri Ras-

landraibe (Madagáscar) declarou que o regime racista sul-africano «tinha ele próprio escolhido, pela sua política abjecta, a expulsão da sociedade». «Os problemas da África do Sul, da Namíbia e da Rodésia precedem da mesma fonte, da mesma recusa à submissão do poder da maioria africana. Por esta razão, estes problemas exigem a mesma solução e qual quer diplomacia que conceder ao regime sul-africano, que representa a antítese da solução procurada, a possibilidade

de negociar a sua sobrevivência contra as pseudo-concessões, estaria votada ao insucesso».

«Os meios materiais e os armamentos superiores de que dispõem os sul-africanos não poderão constituir uma força suficiente de dissuasão para nos desviar da luta ou nos levar a mudar de estratégia», «a que eles que contribuem para o reforço do poder militar sul-africano devem saber, como os sul-africanos, que são como D. Quixote em vias de lutar contra o vento».

Canada-1978 Países africanos boicotarao os jogos

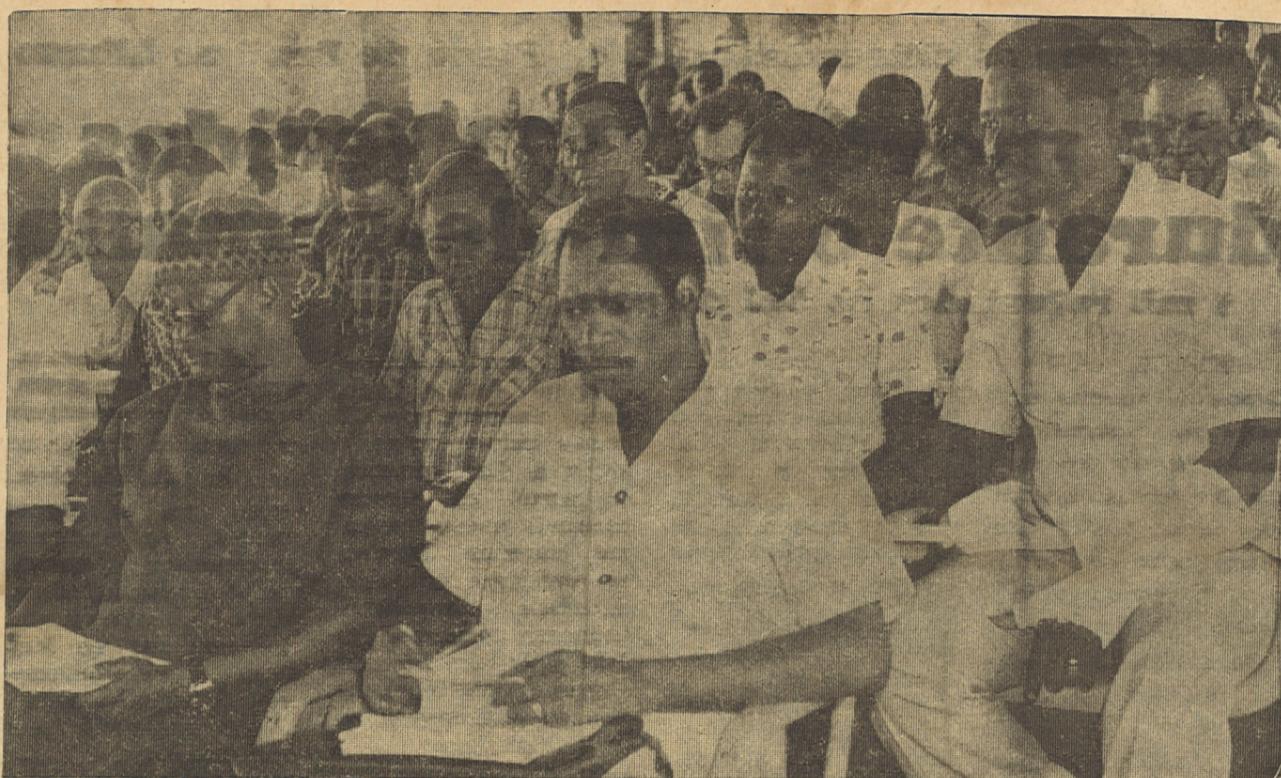
LONDRES (AFP) — Os países africanos boicotarão definitivamente os jogos de Commonwealth no Canadá em 1978, a menos que o governo neozelandês mude a sua atitude política em relação à África do Sul no domínio desportivo.

Esta advertência foi lançada ontem em Londres, durante uma conferência de imprensa, concedida por Claude Ganga, secretário-geral do Conselho Supremo para o Desporto em África.

Contribuição de empresas

Além dos artigos expostos e que constituem prémios da RIFA que a Sub-comissão Financeira vai levar a efeito, foram recebidos até esta data, através da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, os seguintes donativos em dinheiro:

Augusto Pinto, Lda. — 6 000,00; Armando Saldanha (gerente Augusto Pinto, Lda.) — 1 000,00; Manuel da Silva Jassy — 1 000,00; Companhia de Seguros Ultramarina — 50 000,00; A. Sotto Mayor, Lda. — 3 000,00; Mário Pereira Rosa (sócio gerente A. Sotto Mayor) — 3 000,00; Salgado & Tomé — 10 000,00; Victor Seabra — 3 100,00; Adib Namour — 2 500,00; Casa Mendes — 3 000,00; Abílio Batista Santos — 5 000,00; Maron Saad — 15 000,00; Eduardo José Teixeira — 1 500,00; Soda Frère Sors, Mussa Soda, Lda. — 5 000,00; Hilário Veloso Barros Costa — 3 000,00; Foto Serra — 1 000,00; Alfredo Vieira das Neves — 6 000,00; Pinheiro & Filho — 2 500,00; Nunes & Irmão, Lda. — 10 000,00; Amaro Armando Lopes — 2 000,00; Eduardo N. Abi Kalil — 5 000,00; STEIA — 3 000,00; Costa Campos, Lda. — 2 500,00; Alberto da Silva — 1 000,00; Francisco António Felix — 500,00; João Semedo Tavares — 1 000,00; Empresa de Madeiras Africana — 2 000,00. TOTAL — 148,600,00.



Conselho Superior de Luta

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA)

O balanço vivo das actividades do Partido, da nossa gloriosa luta de libertação nacional e da história da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, como estados independentes e soberanos, ganha hoje — no limiar das Comemorações do XX Aniversário da Fundação do PAIGC — uma ressonância histórica.

Termina hoje a reunião do Conselho Superior da Luta do PAIGC, que tem estado a decorrer desde sexta-feira passada em Bissau, no Salão Amílcar Cabral, na Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau.

Antes do camarada Secretário-Geral, apresentar o relatório geral do CSL, foi discutida e

aprovada a seguinte ordem de trabalho:

Relatório geral do Secretário-Geral; relatórios das organizações de massas, Sindicatos, JAAC; e organização das mulheres; relatório da defesa e segurança da Guiné e Cabo Verde; eleições da Assembleia Nacional Popular e do Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau; diversos; crítica e auto-crítica; conclusões e decisões.

Na sessão de ontem, interveio o camarada Luiz Cabral, Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, no final de debate sobre os relatórios apresentados no decorrer da reunião. O camarada Luiz Cabral, abordou praticamente todos os temas que estavam contidos no relatório geral do CSL: A grande aceitação que o

nosso Partido tem no seio do nosso povo da Guiné e Cabo Verde, nas suas organizações de massas. A organização do Partido, as suas estruturas actuais, as necessidades de vigilância, de combate aos vícios e desvios à linha do Partido. Acção governativa na Guiné, acção do Conselho de Comissários de Estado, dos Comissários de Estado e dos Comités do Estado. Reforço da organização das FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo) e confiança na militância dos elementos que as constituem.

No domingo continuaram os debates de relatório geral do CSL e dos relatórios das organizações das massas da Guiné e Cabo Verde. Nesses debates intervieram os camaradas Silvino da

Luz, Domingos Brito, Manuel Boal, João da Costa, Herculano Vieira e Adelino Nunes Correia, Júlio de Carvalho (Júlio), Pascoal Alves, Juvêncio Gomes, Júlio Semedo e João José Lopes da Silva (JJ), Tiago Aleluia Lopes, António Borges, José Eduardo Barbosa, Fernando Fortes, Vasco Cabral e Mário Cabral, Otto Schacht, Carlos Correia, Francisca Pereira, Samba Lamine e Luiz Fonseca, Manuel Santos (Manecas) Umaro Djaló, Armando Ramos e João Bernardo Vieira.

As suas intervenções permitiram um aprofundamento ainda maior das matérias contidas no relatório geral do CSL, contribuindo assim para um maior esclarecimento da nossa situação política, ideológica, económica e social. Intervieram igualmente os camaradas Fidélis Cabral d'Almada, Carmen Pereira, Victor Saúde Maria e José Luiz Fernandes.

Amílcar Cabral na terra em que nasceu

O camarada Amílcar Cabral repousará a partir da próxima quinta-feira dia dois de Setembro na capital do País em que nasceu, na terra porque lutou e deu a sua vida, entre o povo que o viu crescer e que com ele combateu ao longo de mais de uma dezena de anos de luta armada.

O corpo do nosso imortal «leader», Fundador da Nacionalidade e Militante Número Um do PAIGC será trasladado de Conakry, onde permanece desde o vil assassinato de 20 de Janeiro de 1973, para a cidade de Bissau.

Provisoriamente, os restos mortais do camarada Cabral ficarão encerrados num mausoléu situado na Amura, até ser construído o monumento definitivo. Já existe o projecto para a edificação do futuro mausoléu nos jardins do Palácio da República, fazendo um todo com o Museu da Luta de Libertação Nacional que será instalado no Palácio.

CABO VERDE

Tchuba dja tchiga!

Como indício de um bom ano agrícola, começaram em Cabo-Verde as chuvas ansiosamente esperadas, tendo-se registado assim, nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão, precipitações da ordem dos 50 mm.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

China tremores secundários

HONG-KONG (AFP) — Retomou a produção da mais importante mina de carvão chinesa, Kailuan, na região de Tangshan, epicentro do sismo de Julho, «não obstante tremores secundários, fortes e frequentes», anunciou a agência Nova China. «Milhares de trabalhadores compõem o equipamento, bombam a água e continuam a extrair carvão».

O Egito na cimeira árabe

CAIRO (AFP) — O Egito participará a uma cimeira árabe para examinar a situação no Líbano com a condição que se estabeleça no terreno, antes da realização de uma tal conferência, um cessar-fogo incondicional. Este ponto de vista foi sublinhado por Ismail Fahmi, vice-primeiro ministro egípcio e ministro dos Negócios Estrangeiros, numa entrevista concedida a dois jornais sudaneses e cujo texto foi difundido no Cairo.

Refugiados de Timor

BALI (AFP) — 147 refugiados portugueses de Timor deixaram Bali, por via aérea para reentrarem em Portugal, soube-se de fonte oficial. Os outros 600 deixarão igualmente a ilha durante esta semana. As autoridades indonésias indicam que, no total, os refugiados que tinham abandonado Timor no princípio da guerra, escolheram a entrada em Portugal. Entretanto os cinco mil refugiados portugueses que vivem na região de Attambua (parte indonésia de Timor) não decidiram ainda se irão para Portugal ou se regressam à antiga colónia portuguesa.

Relatório de Aristides Pereira

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA)

e independente, tanto do ponto de vista político como económico. Nele estão apontados caminhos novos, as nossas dificuldades, a forma como o Partido entende superá-las, algumas das deficiências que se verificam ainda tanto no seio do Partido como nos nossos Estados.

Mas deste Relatório sai claramente a ideia da justeza da acção do nosso Partido, tanto no passado como no presente, os sucessos alcançados na nossa luta nas circunstâncias, mesmo as mais difíceis, e a razão de ser de estarmos orgulhosos pelo que fizemos e pelo que estamos a fazer, no interesse dos nossos Estados na Guiné e em Cabo Verde, pela unidade do nosso povo, pelo futuro dos nossos países.

Este Relatório deve ser profundamente discutido tanto no seio do Partido em todos os escalões, do topo à base, como nas empresas, no seio dos nossos trabalhadores, na nossa Juventude e na organização de mulheres, em todos os locais de trabalho, nas Repartições e Departamentos do Estado, nos bairros, nas tabancas e nas regiões. O seu estudo será uma arma política e ideológica na luta que temos de travar, sem desfalecimento, com determinação e vigilância, contra os nossos inimigos internos e externos.

Vamos pois promover discussões de trabalho à volta deste importante documento, para nos tornarmos mais conscientes, mais capazes, mais fortes e poderemos realizar melhor as tarefas que nos cabem como militantes do Partido e como patriotas, ao serviço do nosso povo, ao serviço da África e do progresso da Humanidade.